

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICAS PÚBLICAS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA ACUMULAÇÃO INTEGRAL

GABRIEL TELES VIANA

Goiânia

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICAS PÚBLICAS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA ACUMULAÇÃO INTEGRAL

GABRIEL TELES VIANA

Monografia apresentada como requisito para obtenção de título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em políticas públicas na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Viana

Goiânia

2016

Aos meus amigos e companheiros autogestionários

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta monografia, especialmente ao meu orientador e amigo, Nildo Viana, que sempre esteve disposto a ajudar-me no meu processo de conhecimento e aprofundamento da teoria e prática revolucionária que hoje são, sem dúvidas, centro da minha existência.

Temos uma escolha. Fugir em pânico ante a iminência do desmoronamento das nossas estruturas; acovardar-nos com a perda dos portos conhecidos; ficar paralisados, inertes e apáticos. Fazendo isso, estamos abrindo mão da oportunidade da formação do futuro. Estamos negando a característica mais distintiva do ser humano – influenciar a evolução do meio do reconhecimento consciente –, capitulando frente à força destrutiva e cega da história, desistindo de moldar uma sociedade futura mais justa e mais humana. Ou será que devemos lançar mão de toda coragem necessária para preservar nossos sentimentos, nossa consciência e responsabilidade ante a mudança radical? Participar conscientemente, mesmo em pequena escala, da formação da nova sociedade? Espero que esta seja a escolha, pois nela baseio minha dissertação

Rollo May – A coragem de criar

Se nós tivéssemos escolhido uma posição na vida na qual nós pudéssemos quase que inteiramente trabalhar para a humanidade, nenhum fardo poderia nos derrubar, porque eles são sacrifícios para o benefício de todos; então nós podemos experimentar não uma alegria mesquinha, limitada, egoísta, mas nossa felicidade pertencerá à milhões, nossas ações viverão em silêncio, mas perpetuamente no trabalho, e acima de nossas cinzas serão derramadas as lágrimas quentes das pessoas nobres.

Carta de Karl Marx a seu pai (1837)

RESUMO

A presente monografia objetiva estudar os movimentos sociais no regime de acumulação integral. Para tanto, destaca-se três determinações que são elementos constituintes da teoria dos regimes de acumulação que podem influenciar os movimentos sociais: o processo de valorização do capital, a forma estatal e as relações internacionais. Nesse sentido, ancora-se tanto em uma teoria dos movimentos sociais quanto numa teoria do desenvolvimento do capitalismo numa perspectiva marxista que contribuem para o processo analítico do fenômeno estudado.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Regime de Acumulação Integral; Lutas de classe.

SUMÁRIO

Introdução	p. 08
Capítulo 01. A discussão teórica em torno dos movimentos sociais	p.10
1.1. As abordagens sobre movimentos sociais	p.10
1.2.A Concepção Marxista dos Movimentos Sociais	p. 13
1.2.1. O conceito de movimentos sociais na concepção marxista	p. 15
Capítulo 2. Movimentos Sociais, Lutas de Classe e Regimes de Acumulação p. 23	
2.1. Movimentos Sociais e Lutas de Classes	p. 23
2.2. Teoria dos Regimes de Acumulação	p. 27
2.3. Movimentos Sociais e Regime de Acumulação	p. 31
Capítulo 3. Os Movimentos Sociais na Era da Acumulação Integral	p. 38
3.1 O Regime de Acumulação Integral	p. 38
3.2 Movimentos Sociais e a Onda de Hipermercantilização	p. 42
3.3 Movimentos Sociais, Neoliberalismo e a Atual Onda de Burocratização	p. 46
3.4 Movimentos Sociais e o Neoimperialismo	p. 53
3.5 O Impacto do Regime de Acumulação Integral nos Movimentos Sociais	p. 55
Conclusão	p. 60
Referências Bibliográficas	p. 63

Introdução

O tema dos movimentos sociais nas reflexões sociológicas tornou-se de grande importância e ganhou atenção para os pesquisadores das ações sociais sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Tal importância se deu devido à própria força e organização dos movimentos sociais que começaram a criar uma expressiva notoriedade política, tanto nas instituições estatais quanto na sociedade civil, sobretudo a partir da emergência da acumulação conjugada.

Como um fenômeno moderno, ou seja, constituído no interior da sociedade capitalista, os movimentos sociais expressam e são compostos a partir de uma base social que lhe constitui corpo e vitalidade: os grupos sociais (mulheres, negros, jovens, estudantes, ecologistas, sem-terra, sem-teto, etc.). Tais grupos, a partir de suas movimentações, provocam alterações tanto internas (no próprio movimento social), quanto externas (na totalidade da sociedade), cristalizando, portanto, seu papel mobilizador e político no conjunto das relações sociais erigidas no bojo do capitalismo.

Desse modo, é necessário contextualizar e perceber a historicidade dos movimentos sociais a partir da totalidade das relações sociais. Nesse sentido, a proposta da presente monografia é analisar os movimentos sociais a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo, observando suas determinações que incidem diretamente na sua dinâmica.

Nesta perspectiva, a escolha metodológica que estrutura nosso trabalho é o método dialético. Este método aponta para vários elementos fundamentais que podem ser utilizados para análises de determinadas expressões políticas, pois integra o uso da categoria da totalidade com a categoria da especificidade. Deste modo, acreditamos que o método dialético possa contribuir com a explicação do fenômeno estudado, pois parte da perspectiva da totalidade das relações sociais, remetendo à realidade concreta que possui múltiplas determinações (MARX 1983). Estas determinações são analisadas e inseridas na totalidade das relações sociais, obtendo a compreensão do fenômeno. Corroboramos com a ideia de que o método dialético é um recurso heurístico, portanto, sem pretensões de ser invariável (KORSCH, 1977).

Também não cabe aqui um estudo neutro sobre os movimentos sociais, caindo no canto da sereia do positivismo; trata-se de um trabalho que parte da perspectiva do proletariado, pois é por sua expressão de classe que permite analisar a realidade sem interesses outros que não seja a da análise correta da realidade apontando para a transformação da sociedade. Portanto, trata-se de um texto teórico-político, partindo, conscientemente, de um lado dentro da luta cultural na sociedade capitalista.

Nesse sentido, tendo o método dialético como fio condutor, a trajetória da presente monografia se estruturou da seguinte forma:

1. Trazer uma discussão acerca dos movimentos sociais. Inicialmente as abordagens ideológicas e posteriormente a teoria marxista de movimentos sociais;
2. Inserir o conceito de movimentos sociais na discussão em torno da dinâmica das lutas de classe
3. Discutir a questão do desenvolvimento histórico capitalista a partir da sucessão de regimes de acumulação
4. Relacionar regimes de acumulação e movimentos sociais, sobretudo a atual fase de acumulação de capital (integral)
5. Analisar os movimentos sociais a partir dos seguintes elementos do regime de acumulação integral: hipermercantilização, neoliberalismo e neoimperialismo.

CAPÍTULO I: A DISCUSSÃO TEÓRICA EM TORNO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O presente capítulo tem como proposta trazer uma breve discussão acerca das abordagens ideológicas sobre os movimentos sociais, bem como, posteriormente o desenvolvimento de sua teoria, através do método dialético.

Nesse sentido, como a literatura sociológica e das ciências humanas em geral abordou o tema dos movimentos sociais ao longo de sua existência? É o tema de nosso próximo tópico.

1.1 AS ABORDAGENS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais fazem parte da paisagem contraditória da sociedade moderna efetivamente há quase um século, mas a reflexão sociológica sobre eles é relativamente recente. Segundo Maria da Glória Gohn:

A temática dos movimentos sociais é uma área clássica de estudo da sociologia e da política, tendo lugar de destaque nas ciências sociais. Não se trata apenas de um momento da produção sociológica, como pensam alguns, confundindo a própria existência concreta do fenômeno e suas manifestações empíricas, seus ciclos de fluxos e refluxos, com a produção acadêmica sobre aqueles ciclos. Não se trata de um tema dos anos 60, 70 ou 80. Sem dúvidas, ganharam maior visibilidade a partir destas décadas, mas não são muito anteriores a elas, na vida real e na teoria (GOHN, 2004, p.329).

Deste modo, há uma relevante e volumosa bibliografia sobre os movimentos sociais, assentadas em diferentes concepções e abordagens. É por este motivo que não é possível afirmar que existe tão-somente uma abordagem homogênea sobre os movimentos sociais e/ou ao menos um significado consensual da própria expressão “movimentos sociais”. Portanto, dependendo de qual perspectiva ideológica que se parta, dar-se-á uma ênfase maior sobre uma ou outra parte específica do fenômeno dos movimentos

sociais. Com raras exceções ocorre a análise deste fenômeno a partir da categoria da totalidade, observando suas múltiplas determinações.

Nesse sentido, há muito se fala sobre a concepção dos movimentos sociais (GOHN, 2002; FRANK e FUENTES, 1989). Em nível sociológico, sua discussão se dá, sobretudo, a partir de seus objetivos (BOTTOMORE, 1970) ou a partir de elementos específicos, tais como sua dinâmica, confrontos (TARROW, 2009), sua capacidade de mobilização de recursos (OLSON *apud* GOHN, 2002), identidade coletiva (MELLUCI *apud* GOHN, 2002), consequências internas e/ou externas tendo em vista suas ações e, mais recentemente, pesquisas empíricas das últimas décadas (especialmente nas décadas de 80, 90 e início do século XXI), que acentuaram as dimensões culturais e transnacional do ativismo destes movimentos (ALONSO, 2009); enfim, por uma multiplicidade de questões que permeiam as reflexões em torno deste fenômeno. Não obstante, o seu grande problema teórico ainda se encontra na própria definição:

O campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existe. Os movimentos são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens que são difíceis de comparar. Os vários autores tentam isolar alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos, mas como cada autor acentua elementos diferentes, dificilmente se pode comparar definições. Infelizmente estas são mais definições empíricas do que conceitos analíticos (MELUCCI, 1989: p. 55).

Além deste procedimento empiricista, isolando algumas de suas características e tornando-as como essência do fenômeno, há também os pesquisadores que contribuem para uma maior confusão acerca da própria delimitação do que seja movimento social, com definições tão amplas e abstratas que confundem outros fenômenos sociais em sua definição, tais como partidos políticos, manifestações, protestos e etc. Este é o caso, por exemplo, de Scherer-Warren em seu livro *Movimentos Sociais: Ensaio de Interpretação Sociológica* (1989), onde sua definição é tão genérica e vaga que se pode pensar em diversas coisas que não são movimentos sociais:

Definirei, assim, Movimentos Sociais como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos

consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1989: p. 18).

Com esta definição, como bem observa Viana (2016), o leitor poderá pensar que a autora está se referindo a partidos políticos, já que existe uma definição sobre estes mais ou menos parecida com a descrição de Scherer-Warren (CERRONI, 1982). Além disso, confunde-se uma parte dos movimentos sociais, que são suas ramificações, com o todo, já que a autora coloca, normativamente, que os movimentos sociais possuem “uma organização diretiva mais ou menos definida”, sendo que nem todas as ramificações dos movimentos sociais estão ligadas a uma organização mobilizadora (ou que necessariamente possuem uma direção).

A abordagem dos “novos movimentos sociais” também possui diversos problemas, sobretudo a confusão entre os movimentos constituídos por grupos sociais e os de classes sociais (sendo este cunhado como “movimentos sociais clássicos”). A discussão sobre os “novos movimentos sociais”:

(...) foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz, etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (GOHN, 1995, p.44)

Ao nivelar o movimento de classe que, para essa acepção, seriam os “velhos movimentos sociais” (movimento operário, camponês e etc.) com os movimentos sociais (constituídos por grupos sociais), cria-se uma indiferenciação que não corresponde à realidade:

A base social dos movimentos de classe é distinta da dos movimentos sociais, o que gera diversas outras diferenças derivadas, além do que, no caso do proletariado, o que ocorre é um antagonismo com o capital, o que não existe necessariamente no caso dos movimentos sociais. Essas e outras diferenças acabam deixando claro que o destino dos movimentos sociais, suas tendências, seus processos e dinâmica interna e externa, são distintos do movimento operário (e de outras classes, embora, em certos casos, com

menos diferenças em aspectos secundários) (VIANA, 2016: p. 16)

Muito do que foi produzido sobre a concepção de movimentos sociais parte de uma compreensão que não contempla a realidade concreta em suas múltiplas determinações, obliterando o fundamental, que são os grupos sociais com suas especificidades, determinações, interesses, etc.

Nesse sentido, como se dá uma análise dos movimentos sociais tendo como fio condutor o método dialético, ou seja, a partir de uma concepção marxista? É o que será debatido em nosso próximo tópico.

1.2 A CONCEPÇÃO MARXISTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em nossa perspectiva, a concepção marxista é a concepção correta que nos auxilie a compreender os movimentos sociais em sua totalidade, efetivando, de forma integral, um processo analítico que dá conta de explicar e desnudar as determinações deste fenômeno.

Embora ainda timidamente (em comparação aos estudos que partem de outras perspectivas), existem poucos estudos e pesquisas que compreendem os movimentos sociais a partir de sua base social específica, analisando-a a partir do conjunto da sociedade, ou seja, utilizando as categorias da totalidade e especificidade, um dos recursos e categorias do método dialético formulado por Karl Marx na segunda metade do século XIX (MARX, 1983) e desenvolvido e aprofundado por outros teóricos (LUKÁCS 1989; KORSCH 1977; VIANA 2007). Marx, ao longo de sua vida, teorizou a luta política e desenvolvimento histórico do movimento operário de sua época, bem como a análise do modo de produção capitalista, deixando um legado tanto teórico quanto metodológico que extrapola a análise e compreensão apenas do movimento operário, possibilitando a investigação de muitos outros fenômenos sociais concretos das sociedades modernas. Portanto, grande parte da bibliografia marxista é direcionada para a reflexão do movimento operário (que tem como base as

classes sociais) e não de movimentos sociais (que tem como base grupos sociais, apesar de estar inserido numa sociedade classista) (JENSEN, 1996).

Nesse sentido, a primeira questão que devemos pontuar é: Marx não escreveu e teorizou sobre os movimentos sociais. Durante sua vida e em seu desenvolvimento intelectual, os movimentos sociais ainda não existiam de forma efetiva (ou existiam, mas de forma muito embrionária e incipiente). Poucos foram os autores que avançaram, de forma coerente, na discussão em torno dos movimentos sociais na perspectiva marxista; e muitos, deformando ou retirando o seu caráter político, caíram em análises insuficientes ou ecléticas que não conseguiam explicar o fenômeno (LOJKINE 2007; BORJA 1975; CASTELLS, 1991).

Em nossa perspectiva, dois autores são fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais numa perspectiva dialética. Estes são Karl Jensen (1996) e Nildo Viana (2016). O primeiro, no texto “Teses Para Os Movimentos Sociais” (1996), tem o mérito de colocar em discussão o ponto fundamental de qualquer movimento social: os grupos sociais. Este aspecto é o ponto de partida que irá guiar o autor na confecção das dez teses. Apesar disso, em Jensen, ainda não há um desenvolvimento de um conceito e concepção de movimentos sociais, mas tão-somente uma definição e a análise de alguns de seus aspectos que, inclusive, contribui para o avanço que há no livro “Os Movimentos Sociais” de Nildo Viana (2016). Neste último, há um aprofundamento e desenvolvimento de uma teoria dos movimentos sociais, buscando desenvolver um universo conceitual que dê conta de explicar o fenômeno social. Essas serão nossas duas referências fundamentais, o que não oblitera a utilização de outros autores que possam trazer contribuições para a análise dos movimentos sociais.

Ante a estes pressupostos iniciais, qual será o nosso conceito de movimentos sociais?

1.2.1 O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONCEPÇÃO MARXISTA

Podemos conceituar movimentos sociais como “*mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos*” (VIANA, 2016: p. 43). A mera apresentação do conceito não é suficiente para efetivar o processo analítico dos movimentos sociais, é por isso que iremos explicitar cada elemento que constitui o todo, ou seja, para compreendermos o conceito e o próprio fenômeno concreto dos movimentos sociais, é necessário explicitarmos e explicarmos o significado de “grupos sociais”, “situação social”, “insatisfação social”, “senso de pertencimento” e “objetivo”.

Antes de analisarmos os elementos que constituem os movimentos sociais, é necessário explicitar, também, o significado e definição de “movimento” e “social” do conceito de movimento social.

Um movimento é uma palavra polissêmica. Podemos falar em movimento com diversos sentidos diferentes: na astronomia, o movimento é caracterizado como o deslocamento dos corpos celestes; na música, pode ser definido como uma das partes de uma composição musical; nas artes plásticas é visto como um recurso utilizado para dar animação a uma obra de arte, etc. No entanto, o seu sentido mais conhecido é o físico: inconstância na posição espacial de um objeto no decorrer do tempo. Em verbete sobre essa discussão, Lobkowics traz a seguinte reflexão:

Habitualmente, na linguagem vulgar se denomina movimento somente as mudanças de lugar e situação. Pelo contrário, antes de se impor a opinião de que as mudanças de lugar e situação diferem fundamentalmente das demais mudanças (Galileu, Descartes, Newton), os filósofos utilizavam a expressão ‘movimento’ como sinônimo de ‘mudança’ (Aristóteles, escolástica) (LOBKOWICZ, apud VIANA, 2016. p. 21).

Karl Jensen, por sua vez, traz uma abordagem mais refinada, colocando novos elementos para se pensar a palavra/categoria “movimento”:

Movimento, num sentido físico, significa um deslocamento de um corpo de um lugar para outro. Neste sentido, a ideia de movimento teria uma conotação meramente espacial. Entretanto, tiramos duas lições desta noção de movimento: em primeiro lugar, só se pode falar de movimento falando daquilo

que se movimento (no caso, o corpo); em segundo lugar, um movimento sempre provoca uma alteração naquilo que se movimenta (a posição espacial). Portanto, notamos que todo movimento possui os agentes que lhe dá vida e que se alteram graças a ele (JENSEN, 2014, p. 129)

Porém, estas definições ainda não conseguem captar a especificidade do “movimento” dentro do conceito de movimentos sociais. Em todas elas há o reconhecimento da palavra enquanto uma categoria do pensamento humano (como espaço, tempo, direita, esquerda etc.). É necessário, mais do que isso, pensar movimento enquanto conceito e não como categoria (entendida aqui como uma ferramenta intelectual):

A transformação de uma categoria em conceito exige sua união com algo real, concreto. Por isso acrescentamos um outro termo complementar, que é o termo “social”, pois assim passamos a nos referir a algo existente realmente e não apenas uma ferramenta intelectual. Em outras palavras, a categoria movimento acompanhada do conceito “social”, o transforma, também, em um conceito” (VIANA, 2016: p. 24).

Nesta perspectiva, portanto, podemos perceber que o movimento significa um determinado deslocamento social. O que se desloca nos movimentos sociais são os *grupos sociais*.

O grupo social é o elemento fundamental dos movimentos sociais. Um movimento só é social se este possuir seres humanos, reais e concretos, que efetivam o deslocamento (social). A importância do grupo social se dá justamente por evidenciar o tipo específico de agrupamento humano que realiza este deslocamento. Não se trata de pensar o grupo social de forma abstrata, como um imenso grupo¹ (LAPASSADE, 1989) ou coletivo organizado, mas sim de um conjunto de pessoas que possuem algo em comum. Jensen nos fornece um exemplo do movimento das mulheres:

¹ Um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião... Ora, todos estes grupos – equipes, oficinas, clubes, células – parecem funcionar segundo os processos que lhes são comuns, mas não se tem costume de observar espontaneamente” (LAPASSADE, 1989, p. 65).

Tomemos um exemplo: o movimento das mulheres. Este é o grupo social que lhe movimenta. Este conjunto de pessoas, este grupo social, possui em comum o fato de todos os seus membros pertencerem ao sexo feminino. Esta é a motivação interna do movimento. Entretanto, o simples fato de pertencer ao sexo feminino não cria nenhum movimento social, pois somente no interior de determinadas relações sociais é que pertencer ao sexo feminino cria a necessidade de ação coletiva. Essas relações sociais certamente se baseiam na opressão do sexo feminino e é esta a motivação externa deste movimento social. O mesmo ocorre com o movimento negro: o simples fato de pertencer à raça negra não é motivo suficiente para surgir um movimento social, mas, quando a raça negra se vê oprimida, então surge a sua necessidade. Um movimento social só existe quando o conjunto de pessoas que o compõe possuem aspectos comuns, que podem ser tanto biológicos (raça, sexo) quanto culturais e ideológicos (projeto político) (JENSEN, 2014, p. 48).

Partindo deste pressuposto, podemos ter diversos grupos sociais, derivados de sua condição corpórea, de sua situação social e das relações culturais. É nesse sentido que Viana (2016) distingue os grupos sociais em orgânicos, situacionais e culturais.

Os grupos orgânicos, onde sua característica fundamental se baseia em sua corporeidade, é um grupo social em que os indivíduos constituintes deste, independentemente de suas escolhas individuais, se baseiam em seus aspectos biológicos ou de sua condição física. Este é o caso da questão do sexo (masculino e feminino), das raças (branca, negra, amarela, etc.), deficiência física e etc. Os grupos situacionais baseiam-se na sua própria situação social, onde esta última que gera o grupo social; este é o caso, por exemplo, dos estudantes. O movimento estudantil só existe porque existe a situação e condição estudantil. Em grande parte, os grupos situacionais têm uma especificidade que é a sua situação social que cria e desenvolve o grupo social (o mesmo ocorre também em grupos sociais culturais), não o contrário, como no caso dos grupos orgânicos. Por fim, os grupos sociais culturais compõem sua unidade grupal em torno de suas crenças, doutrinas e demais expressões culturais. Podemos colocar os pacifistas e ecologistas como exemplos deste grupo.

Apesar da importância dos grupos sociais, apenas sua mera existência não automaticamente gera movimentos sociais:

Um grupo social só existe, aliás, quando existe este algo comum a todos os seus membros. Portanto, a base de um movimento social é o grupo social que lhe movimenta. Mas é possível haver um grupo social e este não produzir nenhum movimento? Isto pode ocorrer em determinadas condições históricas como, por exemplo, os membros do grupo social estão isolados uns dos outros ou então a necessidade (motivação interna e/ou externa) não é muito forte ou consciente ou, ainda, quando a repressão é muito forte (JENSEN, 2014: p 131).

Jensen coloca três elementos importantes para se pensar como um grupo social não gera automaticamente um movimento social. O primeiro deles, que é o isolamento social, trata-se de quando vários indivíduos de um mesmo grupo social (seja ele orgânico, situacional ou cultural) estão isolados (podendo ser tanto espacial quanto socialmente), o que impossibilita a própria comunicação entre os indivíduos e suas respectivas mobilizações coletivas. O segundo elemento é a necessidade de a mobilização não ser muito forte ou **consciente**. Este é o elemento fundamental, sobretudo o aspecto da consciência. Um grupo social pode existir, mas se este não percebe uma determinada situação social que gere uma determinada insatisfação social (geralmente de opressão, sofrimento, etc.), não se criará um movimento social. Se um grupo de negros, em uma grande metrópole mundial, que sofre preconceito e racismo cotidianamente não tiver consciência dessa situação social, então não provocará a criação de um movimento social. E isto vale para qualquer tipo de grupo social. O terceiro e último elemento é a repressão. Em determinados contextos históricos (o fascismo na Europa na primeira metade do século XX, as ditaduras militares latino-americanas a partir da década de 60, etc.) a repressão é tão intensa e totalizante que a mobilização dos grupos sociais é obliterada ou minada, sendo proibida a sua mobilização; os que ainda resistem são jogados na ilegalidade e/ou perseguidos.

Se apenas a condição de existência dos grupos sociais não engendra um movimento social, então como este é desenvolvido? O conceito

complementar que nos auxilia a pensar a possibilidade da criação de um movimento social é o de *situação social*:

A existência de um grupo social e o pertencimento dos indivíduos a ele geram uma condição de possibilidade, ou uma pré-condição, mas é necessário algo externo que faz com que tal grupo tenha alguma necessidade de gerar um movimento². Essa “motivação externa” é a situação social, ou seja, ainda no exemplo do movimento negro, o fato de indivíduos possuírem as mesmas características fenotípicas e, por conseguinte, pertencerem ao mesmo grupo social, não gera um movimento social. Se as relações entre as raças fossem igualitárias, então não haveria motivo para mobilização. No entanto, se as relações raciais são marcadas pela opressão, discriminação, segregação, então temos uma situação social que tende a gerar um movimento social deste grupo. [...] A situação social é fundamental para explicar os movimentos sociais, pois é ela que faz surgir determinado grupo social ou então que ele tenha necessidade de agir e lutar. Claro que a criação de um grupo social não é suficiente para ele gerar um movimento social, pois dependendo das relações sociais concretas e do grau de conformismo, isso pode não ocorrer. Além da existência do grupo social, é necessário que a existência de uma situação social *específica*, que é marcada por opressão, necessidades não atendidas, descontentamento com a sociedade ou aspectos dela, difusão de ideologias ou doutrinas que geram inimigos imaginários ou alvos de ódio ou ressentimento, etc. (VIANA, 2016: p. 31-33).

Nesse sentido, a situação social é também uma determinação dentro da análise dos movimentos sociais, sendo também (assim como os grupos sociais) uma pré-condição para a sua existência. No entanto, ainda são necessárias outras determinações que nos auxiliem a pensar o surgimento de um movimento social, quais sejam: a insatisfação social, o senso de pertencimento, mobilização e objetivo.

A insatisfação social é derivada de uma situação social específica. A insatisfação pode aparecer a partir da má estrutura das escolas, falta de estrutura sanitária, existência de miséria, destruição ambiental, maltrato com os animais, racismo, opressão sexual, etc. Estes são os exemplos que mais

² “Os grupos sociais se movimentam por motivos internos e, ao mesmo tempo, externos. Isto ocorre porque um grupo social só existe no interior de uma relação social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade” (JENSEN, 2014, p.130).

apareceram nos estudos dos movimentos sociais e suas insatisfações; no entanto, é necessário abandonar a ideia idílica dos movimentos sociais, pois nem todos estão relacionados à justiça, bem-estar dos grupo sociais, humanistas e etc. O ramificação do movimento racista KKK (Ku Klux Khan), originado nos Estados Unidos, é um exemplo de um movimento social conservador cuja insatisfação social foi forjada pela abolição da escravatura e da inserção do negro na sociedade civil norte-americana. Como bem disse Viana:

[...] a insatisfação social é derivada não só da situação, mas da percepção dela e essa última pode ser adequada e justa ou não. Em alguns casos, a situação, tal como o racismo ou destruição ambiental, gera uma insatisfação social legítima, mas muitas vezes também pode ser ilegítima, tal como a dos racistas com a ascensão social dos negros ou daqueles que se preocupam com a imagem social dos alienígenas, seres cuja existência ou contato nem sequer é algo concreto. Num caso, temos determinados interesses e valores condenáveis, e, noutro, criações imaginárias sem sentido. A insatisfação é algo que pode se manifestar diante de injustiça, opressão, destruição, ou apenas uma moeda de troca, busca de vantagens e privilégios, ou manutenção dos mesmos, ou, ainda delírios e desequilíbrios psíquicos (VIANA, 2016; p. 34)

Não perceber que a insatisfação social pode ser fabricada ou incentivada por ideologias ou representações cotidianas ilusórias, é não compreender os movimentos sociais em sua complexa dinâmica. Grande parte da literatura dos movimentos sociais analisa tão-somente os movimentos sociais que se estruturam em situações justas de mobilização, o que acaba criando uma falsa sensação que todos os movimentos sociais têm, como princípio, a melhora da situação do grupo social que se mobiliza. É necessário, nesta perspectiva, novos estudos que reflitam e analisem os movimentos sociais conservadores, tais como os racistas, xenófobos, etc.

A mera insatisfação social também não produz o movimento social, é necessário também a *consciência* coletiva da insatisfação e do próprio grupo social. É por isso que outra determinação para se analisar um movimento social é o *senso de pertencimento*. Um indivíduo de um determinado grupo social, estando isolado e sem a consciência e se organizando com outros

indivíduos do mesmo grupo social, não se mobilizando a partir de sua situação/insatisfação social de forma coletiva ou compartilhada, não engendra um movimento social. Nesse sentido, o senso de pertencimento significa o reconhecimento de que a insatisfação social não é um problema do indivíduo ou resolvida individualmente, mas sim coletivamente, do conjunto dos indivíduos que compõem um grupo social (e também pelos apoiadores alóctones se for o caso). É derivado desse senso de pertencimento que um determinado grupo social, a partir de sua situação e insatisfação social, compõe seus objetivos e busca se mobilizar.

Por fim, o último elemento definidor e constituinte de um movimento social é o *objetivo*. O objetivo, como o próprio nome expressa, significa a finalidade de um determinado movimento social, aquilo que ele quer que seja solucionado. Cada movimento social elenca objetivos específicos que façam sua situação ou insatisfação serem solucionadas. Devemos, no entanto, perceber que um movimento social não é homogêneo. Quando se fala em movimento negro, não podemos achar que todos que fazem parte dele pensam, mobilizam-se e têm objetivos similares. Uma determinada parte do movimento negro pode reivindicar igualdade entre as raças, outras a supremacia do negro diante as outras raças, ou, especificamente, microrreformas e vantagens da sociedade capitalista. Apesar de todas essas reivindicações serem de um mesmo grupo social, elas se destoam do ponto de vista de consciência e organização de como superar (ou dissimular) uma determinada situação social. É nessa perspectiva que podemos falar em ramificações nos movimentos sociais:

Uma adequada compreensão dos movimentos sociais torna necessária a percepção de que eles produzem diversas ramificações. Um movimento social pode ser considerado um caule do qual brotam diversos ramos. Essa metáfora ajuda a entender o conceito de ramificação no sentido que aqui o utilizamos, significando derivações dos movimentos sociais, sendo partes deles sem ser sua totalidade ou ele mesmo. Um movimento social pode gerar manifestações, organizações, subgrupos, representações, ideologias, etc. [...] Uma vez consolidado um movimento social, então ele tende a gerar ramificações, muitas vezes contraditórias e isso se deve à divisão das sociedades em classes antagônicas e diversas outras divisões e subdivisões sociais, diversidade de interesses, além das lutas culturais e outras determinações. Da

mesma forma é possível que uma ramificação de um movimento social acabe se autonomizando e se distinguindo dele. Isso ocorre quando tal ramificações se autonomiza ao ponto de criar interesses próprio que já não são os mesmos do movimento social que lhe deu origem, embora possa manter isso no discurso e manter algumas reivindicações, mas sobrepostas a outras que são mais importantes, tal como os partidos Verdes, derivados do movimento ecologista (VIANA, 2016, p. 40-42)

Estes são os elementos fundamentais da nossa inicial conceituação de movimentos sociais feita no início do tópico. É necessário, também, aprofundar a discussão sobre movimentos sociais e inseri-la na dinâmica da luta de classe na sociedade capitalista, bem como sua relação com o Estado, cultura, etc.

CAPÍTULO 2 – MOVIMENTOS SOCIAIS, LUTAS DE CLASSE E REGIMES DE ACUMULAÇÃO

No primeiro capítulo apresentamos o conceito de movimento social que irá guiar a nossa reflexão, trazendo seus principais elementos e explicando cada um deles. No entanto, a discussão sobre os movimentos sociais se manteve abstrata, sem inseri-la (tirando os exemplos) na realidade concreta. No presente capítulo buscamos articular a discussão dos movimentos sociais com as lutas de classes e o seu desenvolvimento histórico, ou seja, a partir dos regimes acumulação.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS DE CLASSES

A dinâmica da sociedade capitalista é regida pela dinâmica das lutas de classes. Nesse sentido, os movimentos sociais, sendo seu arranjo social baseada em grupos sociais, têm um vínculo substancial com a questão das classes sociais³ na sociedade capitalista. Isto significa dizer que a composição social dos movimentos sociais é, fundamentalmente, uma composição de classes. Os grupos sociais não são homogêneos; dentro de um mesmo grupo social, como as mulheres, por exemplo, podemos ter diversas manifestações de classes ou subdivisões destas: mulheres burguesas, mulheres trabalhadoras, mulheres intelectuais, mulheres camponesas e etc.

Deriva disso que os movimentos sociais estão imersos e são uma determinada resposta da luta de classes na sociedade capitalista. Por fim, qual a diferença então entre movimentos sociais (tendo como base social os grupos

³ Não se trata de pensar classes sociais a partir da ideologia da estratificação social (STAVENHAGEN, 1979) em que se cria modelos pré-fabricados a partir de renda (ou de qualquer outra “variante”) e se aplica na realidade, sem vínculo nenhum com a realidade concreta. Compreendemos aqui classes sociais no sentido marxista, como um conjunto de indivíduos que possuem um determinado modo de vida, interesses e lutas em comum contra outras classes sociais a partir de uma determinada atividade estabelecida na divisão social do trabalho, derivada pelo modo de produção dominante (VIANA, 2012; MARX, 1988; MARX, 1986; MARX e ENGELS, 1992)

sociais) e o movimento de classe (tendo como base as classes sociais)? Viana nos dá alguns elementos importantes:

[...] As classes sociais diferem dos grupos sociais que estão na base dos movimentos sociais porque são geradas social e historicamente (ao contrário dos grupos orgânicos) e possuem interesses comuns (o que nem sempre ocorre nos grupos sociais), além de que nem sempre tais grupos também efetivam lutas em comum contra outras classes (ou grupos). Contudo, o elemento fundamental é que a sua delimitação ocorre via divisão social do trabalho no sentido mais geral do termo. [...] As classes sociais são conjuntos de indivíduos submetidos à divisão social do trabalho na sociedade e é isso que gera um modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outras classes sociais. Os grupos situacionais, que são os grupos sociais citados que mais podem ser confundidos com as classes sociais, são ou subdivisões destas ou produtos transitórios ou determinados por local de moradia, demandas sociais, situação social, etc. (VIANA, 2016: p. 52-53).

Nesse sentido, podemos dizer que os movimentos sociais podem ser monoclássistas (constituídas tão-somente por uma classe social) ou policlássistas (constituídos por duas ou mais classes sociais). O exemplo do movimento das mulheres expressa o segundo caso e sendo o movimento dos sem-teto como expressão do primeiro (neste caso a classe social seria o lumpemproletariado).

Essa discussão nos remete a analisar e compreender a composição de classe dos movimentos sociais (e suas ramificações) bem como a sua hegemonia interna. Novamente, retomemos o exemplo do movimento das mulheres: a composição de classe de determinada ramificação do movimento das mulheres estabelece e determina seus objetivos, formas de mobilização, tipo de insatisfação, etc. Uma determinada ramificação do movimento de mulheres que tenha em sua composição de classe mulheres burguesas será radicalmente distinta de um movimento de mulheres que tenha como composição mulheres proletárias, subalternas, lumpemproletárias, etc⁴. É por

⁴ Apesar de hoje existirem ideologias diversas que tentam ofuscar essa distinção de classe em diversos movimentos conhecidos como movimentos “identitários” (na verdade, remetendo aos grupos sociais orgânicos). Um exemplo disso é a disseminação da palavra “sororidade” dentro destes movimentos. A sororidade representa a empatia e aliança entre todas as mulheres, buscando o companheirismo e a união entre elas. No entanto, há pouco “sororidade” entre uma mulher burguesa, dona de uma empresa/fábrica, com uma igualmente mulher trabalhadora, que vende sua força de trabalho para esta burguesa. A

este motivo que o pertencimento de classe é o elemento fundamental da composição social de um movimento social. É a partir disso que Viana (2016) irá colocar a existência de três variedades de movimentos sociais a partir de suas composições sociais: os movimentos sociais conservadores, reformistas e revolucionários. De forma sintética, analisaremos cada um deles apresentando seus elementos fundamentais.

Os movimentos sociais conservadores são predominantemente monoclássistas e manifestam a hegemonia burguesa no seu interior. Suas mobilizações apontam para a reprodução da sociedade capitalista, reforçando e conservando seus elementos constituintes fundamentais em articulação com as demandas específicas dos grupos sociais que os mobilizam. Os dois conceitos que buscam explicar este movimento é o de aloctonia e intolerância. O primeiro significa uma aversão ao alóctone, visto como inferior, perigoso, ameaçador, etc. O segundo conceito, derivado do primeiro, significa o sentimento e a predisposição mental que este tem com o autóctone. Um exemplo de movimento social conservador é o movimento racista.

Os movimentos sociais reformistas são predominantemente policlássistas, sendo a variedade de movimento social com o maior número de indivíduos mobilizados. Sua hegemonia interna também é burguesa, mas em determinados contextos históricos também pode possuir uma hegemonia burocrática. A determinação fundamental que fazem as mobilizações dos movimentos reformistas é a sua ação destinada ao Estado (podendo ser de colaboração ou de oposição). Nesse sentido, os dois conceitos fundamentais que nos auxilia a pensar essa variedade de movimento social são os de reivindicação e Estado. A questão da reivindicação se dá na insatisfação específica de cada movimento social (como por exemplo a opressão das mulheres, racismo, falta de moradia, etc.). Esta reivindicação é feita e endereçada, como já dissemos, ao Estado. Sendo a variedade de movimento social com maior número e alcance de mobilizações derivado ao seu caráter essencialmente policlássista, podemos também elencar três tendências dentro dos movimentos sociais reformistas; quais sejam: conservadores, reformistas e

primeira, devido ao seu vínculo de classe, objetiva uma maior exploração e dominação sobre a segunda, demonstrando a não existência dessa empatia enunciada por determinadas ramificações de movimentos sociais orgânicos.

revolucionárias. A tendência conservadora expressa a hegemonia burguesa dentro dessa variedade a partir, sobretudo, de grupos orgânicos que expressam um aloctonismo e autoctonismo exacerbado devido ao ressentimento provocado por determinados tipos de opressão, criando um maniqueísmo. Determinadas ramificações do movimento negro podem exemplificar esta questão. Entre elas, fala-se em uma suposta “dominação branca” sobre tudo e todos, abstraindo se o indivíduo branco é racista ou antirracista, burguês ou proletário e etc. Nestas ramificações, em suas versões mais radicais, as pessoas de cor branca são colocadas como essencialmente racistas e que devem ser combatidas devido a isso. A tendência reformista abraça os elementos definidores dessa variedade específica de movimento social, constituindo a reivindicação endereçada ao Estado como seu objetivo maior. Por fim, a tendência revolucionária é, quase sempre, dissidente e minoritária nos movimentos sociais reformistas. A vigência cultural (hegemonia) predominante é a proletária. Devido ao seu posicionamento, essa tendência possui uma maior volatilidade e muitas vezes abandona sua posição revolucionária. Suas ações não são endereçadas ao Estado e nem para grupos alóctones, mas sim ao proletariado (como classe) e para a hegemonia proletária (contribuindo para a luta cultural desta classe).

Por fim, os movimentos sociais revolucionários são raros devido suas próprias posições em sua manutenção na sociedade capitalista, sobretudo em tempos de hegemonia burguesa. Suas características são as mesmas que a tendência revolucionária nos movimentos sociais reformistas, mas sem as ambiguidades das mesmas.

Em síntese,

A dinâmica da luta de classes atinge, desta forma, todos os movimentos sociais e tendência no seu interior. Os movimentos sociais reformistas tendem a ser a maioria e predominante em épocas de estabilidade e perdem espaço com a radicalização da luta e perda de estabilidade, sendo que em épocas de crise há um processo de fortalecimento progressivo dos movimentos sociais conservadores e revolucionários. Evidentemente, isso ocorre mais a nível geral. Em ramificações, produções intelectuais, tendência, etc. esse processo também atua, mas possui especificidades e processos particulares (VIANA, 2016: p 80)

Os movimentos sociais, envolvidos na luta de classes, são influenciados e influenciam a dinâmica dos conflitos sociais da sociedade capitalista. Nesse sentido, o processo de produção e valoração do capital, bem como a associação reguladora desse processo, o Estado, possuem diretamente influência sobre os rumos que tomam a variedade dos movimentos sociais. Nesse sentido, é necessária uma discussão acerca da relação dos movimentos sociais com os regimes de acumulação, bem como um dos seus elementos definidores, o Estado. As determinações fundamentais desses dois fenômenos que incidem diretamente sobre os movimentos sociais são: a crescente mercantilização, ocasionada pelo desenvolvimento da acumulação de capital, e a crescente burocratização gerada pela configuração estatal durante o próprio desenvolvimento dos regimes de acumulação.

2.2 A TEORIA DOS REGIMES DE ACUMULAÇÃO

O processo de produção e reprodução da vida material, de acordo com Marx, é o determinante para o conjunto das relações sociais. Essa afirmação não significa um determinismo econômico, como afirmam vários autores que deturpam a teoria marxista, pois o conceito de produção material refere-se a uma questão mais ampla, bem como também as demais relações sociais possuem uma autonomia relativa. Portanto, o modo de produção de determinada sociedade influencia e pode determinar manifestações políticas, assim como suas mudanças ao longo do processo histórico. Logo, a discussão sobre o modo de produção capitalista, bem como suas mudanças ao longo da história, torna-se necessária para compreendermos as transformações na própria dinâmica dos movimentos sociais, inclusive seu surgimento.

Deste modo, assim como a história da humanidade possui uma historicidade⁵, é necessário também perceber a historicidade na sociedade capitalista, dada a sua durabilidade de séculos. Existiram várias tentativas de

⁵ Na teoria marxista, a história da humanidade é expressa em uma sucessão de modos de produção (modo de produção escravista, feudal, asiático, capitalista), bem como outras divisões, como as Idades (Idade Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea)

refletir e teorizar as mudanças no modo de produção capitalista, mas muitos caíram em divagações descritivas e problemáticas (ROSTOW, 1974; LAJUGIE, 1985; SWEEZY, 1980 apud VIANA, 2009), ou carecem de uma das determinações fundamentais das mudanças históricas da humanidade, as lutas de classe (FRANK, 1979; AMIN, 1977; BENAKOUCHE, 1980 apud VIANA, 2009). Nesse sentido, acreditamos que as iniciais contribuições de Alain Lipietz, um dos principais representantes da “escola de regulação” sobre a questão do conceito de Regime de Acumulação (LIPIETZ, 1991) e posteriormente superada e desenvolvida por Nildo Viana, em seu livro “O capitalismo na era da acumulação integral” (VIANA, 2009) são fundamentais para compreender, concretamente e através do método dialético, o desenvolvimento histórico do capitalismo. A importância da apreensão do conceito de regime de acumulação se dá devido a necessidade de compreender, através da totalidade das relações sociais, a dinâmica da acumulação capitalista e sua dificuldade ao longo do tempo de se reproduzir (dada a tendência da diminuição da taxa de lucro médio e as lutas de classe), o que pode provocar mudanças no próprio modo de produção capitalista assim como uma possível transformação social revolucionária. As mudanças nos regimes de acumulação não se comparam com as mudanças radicais nos modos de produção. Segundo Viana,

No primeiro [modo de produção] temos uma ruptura e radicalidade no processo histórico e, no segundo [regime de acumulação], uma mudança no interior de uma permanência, o que significa que, em sentido amplo, não há ruptura e nem radicalidade no processo de mudança. A sucessão de regimes de acumulação explicita a manutenção do modo de produção capitalista e de seus elementos característicos fundamentais, e a substituição de um regime por outro é marcada, no fundo, pela realização do objetivo de manter as relações de produção capitalistas e pelo aprofundamento de tendências já existentes no regime anterior, seguindo a dinâmica da acumulação de capital (VIANA, 2009, pg. 15)

É por este motivo que os regimes de acumulação expressam a forma que o modo de produção capitalista assume durante o seu desenvolvimento. E esse desenvolvimento é modificado a partir das lutas de classes, que permeiam todo o processo dinâmico da acumulação capitalista desde o seu início. Portanto, podemos definir o regime de acumulação como “um

determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização de trabalho, determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional" (VIANA, 2009). Todas estas determinações (organização de trabalho, estatal e exploração internacional) remetem a uma correlação de forças entre as duas classes fundamentais do capitalismo – a burguesia e o proletariado –, expressando assim, as lutas de classes como mostramos anteriormente. Pela determinação do desenvolvimento do modo de produção capitalista de se fundamentar na produção de mais-valor (MARX 1988) isso acaba desdobrando-se na acumulação de capital, gerando a reprodução ampliada e a concentração (e por consequência, centralização) do capital, o que por sua vez gera a expansão mundial do capitalismo e a exploração internacional, em que a ação estatal legitima todo este processo.

No entanto, há outros elementos que geram diferentes desdobramentos. Exemplo desses são as resistências operárias no local de produção, em que o operário, por sofrer o processo de alienação do trabalho e o alheamento do produto de seu trabalho, acaba resistindo a todo este processo de dominação e exploração, possibilitando a contestação na esfera da produção e o questionamento e ameaça da própria existência do modo de produção capitalista; também podemos citar as reivindicações e contestações na esfera da sociedade civil, que ampliam e corroboram as lutas dos trabalhadores, como os movimentos sociais revolucionários (tal como o caso do movimento estudantil do Maio de 68). Outro desdobramento é a questão da tendência geral e espontânea da acumulação capitalista, onde a produção de mais-valor gera a tendência da diminuição da taxa de lucro médio⁶, o que provoca uma maior exploração da força de trabalho, tanto a partir da extração da mais-valor absoluta ou da mais-valia relativa, a fim de obliterar esta tendência declinante.

É a partir desses dois desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo, que se reforçam reciprocamente, que suas crises ocorrem. Por sua vez, essas crises possibilitam um processo revolucionário, a partir da intensificação das lutas de classe e do avanço da consciência de classe

⁶ A tendência da diminuição da taxa de lucro médio se dá, sobretudo, da maior utilização de tecnologias na produção de mercadorias o que, por consequência, gera a menor utilização de mão-de-obra. Nesse sentido, pela tecnologia repassar o seu valor no preço das mercadorias e não criar valor (mais-valor), como no caso o trabalho dos trabalhadores, então ocorre a diminuição da taxa de lucro médio dos capitalistas.

operária, ou ainda, uma mudança dentro de uma permanência no capitalismo. Desse modo, há uma mudança no regime de acumulação. É fundamental expor que o capitalismo não pode, por sua essência, reproduzir-se indefinida e infinitamente. O próprio processo de produção de mais-valor expressa esta impossibilidade. Além disso, a cada regime de acumulação, o capitalismo encontra dificuldades para perpetuar sua existência, pois a cada mudança de regime, o processo de exploração e dominação torna-se cada vez mais intenso, provocando maior contestação e resistência por parte dos trabalhadores e demais classes ou setores explorados.

A partir das reflexões em torno da ideia e da concepção de regime de acumulação, partimos para a apresentação da periodização da sucessão de regimes de acumulação ao longo da história do capitalismo na Europa Ocidental e nos demais países imperialistas que pode ser assim resumida por Viana (2009): Depois do inicial acumulação primitiva de capital, surge o *regime de acumulação extensivo*, que vai do período da Revolução Industrial até o final do século XIX; depois, surge o *regime de acumulação intensivo*, que começa no final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; posteriormente, surge o *regime de acumulação intensivo-extensivo*, que compreende o período do Pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século XX; e, finalmente, o atual regime de acumulação do capitalismo contemporâneo, o *regime de acumulação integral*, que compreende o período do final do século XX até a atualidade. Rapidamente, iremos apresentar as determinações dos regimes de acumulação anteriores ao atual e posteriormente. O regime de acumulação intensivo é o primeiro regime de acumulação consolidado na história do modo de produção capitalista; é caracterizado pela extração de mais-valor absoluto, pela vigência do Estado liberal e do neocolonialismo. O segundo regime é o regime de acumulação intensivo que tem como suas determinações a extração de mais-valor relativo, através do taylorismo, pelo Estado Liberal-Democrático e pelo imperialismo financeiro, baseado na exportação de capital-dinheiro. O regime de acumulação posterior é o intensivo-extensivo, em que o fordismo trouxe a intenção de ampliar a extração de mais-valor relativo no bloco imperialista e a extração de mais-valor no bloco do capitalismo subordinado (“terceiro mundo”, países subdesenvolvidos e etc.), a partir do Estado Integracionista e pela expansão oligopolista transacional. E, por fim, o regime

de acumulação integral busca expandir simultaneamente a extração de mais-valor relativo e absoluto, e tem como suplemento necessário para efetivar tal processo o Estado Neoliberal e o Neoimperialismo.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO

Em síntese, os regimes de acumulação buscam a sobrevivência e a reprodução do capitalismo, sendo também uma determinada configuração das lutas de classe no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, as formas sociais (o que Marx, alegoricamente, chamou de "superestrutura") são irradiadas por essa dinâmica e sofrem consequências diretas desse processo; por consequência, os movimentos sociais também são atingidos:

[...] É necessário destacar que esses regimes de acumulação atuam diretamente sobre os movimentos sociais, através da mutação do processo de valorização e suas consequências sociais, da nova forma estatal, que tem impacto direto sob a maioria dos movimentos sociais, bem como nas relações internacionais, que geram processos de influências e mutações locais. Um regime de acumulação significa um rearranjo geral na sociedade capitalista e, por conseguinte, também gera diversos efeitos indiretos (mutação cultural e ideológica, nas lutas de classe na sociedade civil, nos grupos sociais, na vida cotidiana, etc.) (VIANA, 2016: p. 87).

Uma das consequências diretas do modo de produção capitalista que incidem sobre os movimentos sociais é a crescente mercantilização. Com a tendência de reprodução ampliada do capital, as relações mercantis vão desaguando para além das relações de produção capitalista, invadindo as relações sociais. É o movimento distópico do capital: tudo começa a tornar-se mercadoria. Logo, a necessidade financeira é vista como uma necessidade da própria existência dos indivíduos, onde tudo deve ser comprado ou trocado por dinheiro. Os movimentos sociais são atingidos por esse processo, já que suas mobilizações envolvem recursos financeiros. Viana (2016) nos apresenta dois conceitos fundamentais para analisar como a mercantilização traz

consequências para os movimentos sociais: as ondas e escalas de mercantilização.

O conceito de ondas de mercantilização está ligado, fundamentalmente, aos regimes de acumulação: a cada novo desenvolvimento da acumulação de capital, uma determinada configuração do caráter mercantil da sociedade é mudada. Os movimentos sociais surgem na terceira onda de mercantilização, que corresponde ao regime de acumulação intensivo, em que as organizações operárias surgem de forma mais cristalizada (partidos, sindicatos) e a mercantilização começa a tomar corpo em diversos espaços na sociedade onde ainda não tinha conseguido chegar (como às universidades, por exemplo). No entanto, os movimentos sociais neste momento ainda são muito incipientes do ponto de vista de força política e mobilização; na era da acumulação conjugada, com o que ficou conhecido como “sociedade do consumo” (LEFEBVRE, 1991), onde ocorre a falsa suposição da integração da classe operária na sociedade capitalista, que os movimentos sociais tomam vitalidade e força. É nesse regime de acumulação que a mercantilização invade a cultura, o lazer e também as mobilizações políticas diversas. A questão da escala mercantil é consequência desse processo e infere diretamente sobre os movimentos sociais.

Todo movimento social, no capitalismo, precisa, obviamente, de recursos financeiros. Mesmo um grupo informal, que é uma ramificação de um movimento social (estudantil, juvenil, feminino, etc.), precisa de algum recurso para realizar suas atividades e promover alguma mobilização: produzir panfletos, revistas, realizar manifestações, protestos, abaixo-assinados. Esses recursos financeiros podem ser mínimos ou até um pouco mais extenso, dependendo das atividades e gastos envolvidos. Assim, o cálculo mercantil aparece, mas sob forma muito limitada e sem criar impacto no movimento ou em suas ações. As fontes de recursos podem ser contribuição dos integrantes, realização de atividades que promovem arrecadação de dinheiro (Festas com vendas de ingressos, por exemplo) ou doação externa (VIANA, 2016: p. 93).

Neste trecho, Viana nos apresenta os aspectos da questão da escala mercantil e dá exemplo de movimentos sociais com uma escala mínima mercantil. Neste nível, o processo de cooptação é raro, já que os recursos financeiros necessários são mínimos e podem ser viabilizados pelo próprio

grupo social. Nessa escala, os recursos financeiros não são uma necessidade imperativa que constrange os movimentos sociais a torná-lo como uma de suas necessidades.

Já a escala média mercantil, em que a necessidade financeira torna-se uma obrigação para a efetivação de seus objetivos, atingindo, sobretudo, as organizações mobilizadoras dos movimentos sociais. As organizações mobilizadoras são determinadas ramificações dos movimentos sociais, que pressupõem uma maior complexidade organizacional em sua composição, um conjunto de ações, etc. Aqui já surge o cálculo mercantil, cujo intuito é buscar estratégias para aquisição de recursos, tanto para a manutenção da própria organização quanto para os gastos em mobilizações (de acordo com o objetivo de cada movimento social). A escala média também pode atingir indivíduos ou tendências dos movimentos sociais, o que pode surgir o processo de cooptação e mudança nos próprios objetivos dos movimentos sociais ou nos indivíduos (isoladamente ou não) que os compõem.

Por fim, a escala máxima de mercantilização é onde versa o limiar entre uma determinada ramificação do movimento social (sobretudo as organizações mobilizadoras) e o próprio movimento social. Nesta escala, a mercantilização pode se tornar tão intensa que a procura e a captação de recursos tornam-se um objetivo em si mesmo, autonomizando este novo interesse com o interesse da mobilização.

É preciso deixar claro que a escala máxima de mercantilização é a fronteira que, uma vez ultrapassada, significa que a organização, indivíduo, etc., deixa de ser parte do movimento social. Ao ultrapassar essa fronteira, a organização se torna burocrática e, tendo objetivos próprios, por mais que diga que seu objetivo ainda seja o do movimento social ao qual supostamente estaria ligado. [...] No caso de indivíduos, ultrapassar tal fronteira significa que ele persegue tão-somente objetivos pessoais, especialmente o retorno financeiro, e o objetivo do movimento social é apenas discurso para justificar, legitimar e garantir tal retorno. (VIANA, 2016: p. 95-96).

As escalas de mercantilização irão atingir todos os movimentos sociais. No plano concreto, cada uma das variedades dos movimentos sociais (conservadores, reformistas e revolucionários) irá compor uma determinada

forma de como lidará com esta questão. Em nível geral, os movimentos conservadores estarão entre a escala máxima e média de mercantilização, devido à própria composição de classe desses movimentos, já que a grande maioria advém das classes privilegiadas. Os movimentos sociais reformistas já são mais amplos, o que vai depender de suas tendências para determinar suas escalas de mercantilização (podendo ir de máxima à mínima). Já os movimentos sociais revolucionários, pelo seu próprio caráter de recusa do processo de mercantilização e burocratização, necessitam estar na escala mínima de mercantilização, pois em coerência aos seus objetivos de contribuição para a luta pela transformação social, devem buscar novas formas de mobilização e sociabilidade que não sejam as capitalistas.

Em síntese, o processo de valorização do capital nos remete à crescente mercantilização das relações sociais, o que por sua vez traz consequências diretas na dinâmica dos movimentos sociais.

Um outro elemento dos regimes de acumulação que possui uma fundamental importância é a configuração estatal dentro do desenvolvimento de acumulação de capital. Partindo dessa perspectiva, iremos analisar a relação entre movimentos sociais e Estado.

O Estado é a principal forma de regularização da sociedade capitalista. Sua influência se dá quase na totalidade das relações sociais presentes ao longo do desenvolvimento histórico capitalista. No entanto, o Estado não é um fenômeno neutro, uma “entidade” que serve a tudo e a todos da mesma forma. Como bem disse Marx (1992), o Estado é uma associação da classe dominante para fazer seus interesses perpetuarem ao longo do tempo. Sua razão-de-ser é contribuir para a manutenção da sociabilidade capitalista, inclusive sendo derivada do próprio modo de produção capitalista (MATHIAS & SALAMA, 1983).

O Estado capitalista é um aparelho privado da burguesia na luta pela garantia das melhores condições regularizadoras da exploração do trabalho. Ele é parte constituinte da luta de classes e se posiciona impetuosamente a serviço das ordens do capital, portanto, a burocracia, classe social que lhe dá vida, é a principal classe responsável por, na prática, tornar a regular o capitalismo. Legislar sobre o trabalho a partir dos interesses da burguesia, garantir a propriedade privada e a ordem pública

(espaço de produção e reprodução do capitalismo em sua totalidade), essas são suas verdadeiras tarefas de classe, as outras funções do estado (garantia da segurança, saúde, educação, moradia trabalho etc.) são, para as classes exploradas, ilusórias, visto que, apesar de existirem, atendem muito precariamente aos interesses e necessidades dessas classes. Uma análise pormenorizada das constituições capitalistas nos permite perceber que direitos humanos básicos (direito a vida, moradia, alimentação, educação, segurança, trabalho, terra etc.) e participação política efetiva garantidos pelo Estado é uma ficção. As ações do estado devem ser encaradas como elas realmente são: ações da burguesia mediada pela burocracia, visando à reprodução do capitalismo em condições históricas e sociais variáveis (BRAGA, 2016: p. 06)

Como um grande regulador da sociedade, os movimentos sociais não escapam da regulação do Estado. Viana (2016) demonstra que as principais formas de atuação do aparato estatal em relação aos movimentos sociais são: a cooptação, a burocratização e a repressão. Começemos pela primeira.

Existem dois tipos de cooptação: a direta ou indireta. A primeira refere-se à cooptação realizada pelo próprio Estado que é efetivada quando existe um processo de financiamento do aparato Estatal sob os movimentos sociais, bem como cargos e outras vantagens. A cooptação indireta é a partir de instituições ou subterfúgios legais que ofuscam a visibilidade do processo de cooptação. Um exemplo do primeiro tipo de cooptação seriam as lideranças de algumas organizações mobilizadoras de movimentos sociais que são elencados para assumir cargos dentro do aparato estatal, conseguindo, assim, benefícios próprios. Exemplo do segundo seria empresas ou instituições estatais que financiam movimentos sociais via editais, concursos e etc. Uma forma de cooptação indireta importante são as políticas estatais (ou conhecidas como “políticas públicas”). As políticas estatais mudam em cada regime de acumulação, assumindo aquilo que podemos chamar de ordenamento. “Em cada uma delas, há uma forma de cooptação dos movimentos sociais (VIANA, 2016: p. 104). A cooptação atinge mais os movimentos sociais reformistas, sobretudo sua tendência hegemônica em seu interior.

Outro elemento da relação entre Estado e movimentos sociais é a burocratização (que está diretamente ligada ao processo de cooptação). Um

movimento social, quando começa a crescer e possuir necessidade de recursos financeiros, gera igualmente uma necessidade de formalização, gestão e demais aspectos que contribuem para a burocratização.

As próprias exigências legais para reconhecimento jurídico, elemento necessário para algumas atividades (além do financeiramente), é outro elemento incentivador de burocratização. Outra forma de incentivar a burocratização através dos regimentos internos de suas instituições, que geram exigências organizacionais, tal como no caso das instituições de ensino (universidades, escolas), que criam regras formais e burocratizantes para a existência de organizações estudantis (VIANA, 2016: p. 105).

Nesse sentido, podemos analisar a burocratização dos movimentos sociais, a partir da sucessão de ondas de burocratização na sociedade civil, seguindo e obedecendo, simultaneamente, a sucessão de regimes de acumulação. A primeira onda de burocratização, devido a incipiência da formação dos movimentos sociais naquele tempo histórico, não trouxe muito impacto na sociedade civil. É a partir da acumulação conjugada que **que** os movimentos sociais irão ser impactados de forma mais intensa e frequente, onde determinadas ramificações de movimentos sociais começam a se autonomizarem e tornaram-se burocracias formais ou informais, desligando inclusive dos próprios movimentos sociais que os deu origem. A análise acerca da onda de burocratização do regime de acumulação integral será feita no próximo capítulo. Estudos que analisem de forma aprofundada e criteriosa as ondas de burocratização e sua relação com os movimentos sociais ainda estão por serem feitas, já que seu campo de estudo, a partir desse universo conceitual, é recente na teoria marxista.

Por fim, a última relação comum do aparato estatal para com os movimentos sociais é a repressão. “A repressão é a forma como se usa o aparato repressivo (exército, polícia, etc.) para combater os movimentos sociais” (VIANA, 2016: p. 105). Nesse sentido, podemos vislumbrar dois tipos de repressão: seletiva ou generalizada. A repressão seletiva é utilizada em casos específicos, como o seu próprio nome diz, e atinge, sobretudo, os movimentos conhecidos como “populares” e tendências mais radicais e contestadores dos movimentos sociais. Já a repressão generalizada refere-se

a uma repressão que atinge quase a totalidade da sociedade. Ocorrem geralmente em tempos de ditaduras ou em épocas de crise de legitimação da democracia burguesa, em que tanto o bloco reformista quanto o bloco revolucionário são combatidos.

Em relação aos movimentos sociais conservadores, a atitude predominante do aparato estatal é a omissão. Isso significa que o Estado não interfere (mesmo existindo uma legislação que o faça interferir) na mobilização destes movimentos sociais. Um exemplo de uma ação omissa seria a não interferência de atitudes racistas de um determinado grupo social que reivindica a supremacia branca.

Essas são as formas como o Estado interfere e influencia a ação dos movimentos sociais, mas os movimentos sociais tomam posição e iniciativa em relação ao Estado igualmente. É por isso que podemos falar em duas orientações dos movimentos sociais em relação ao aparato estatal: a orientação estatista e a civilista (VIANA, 2016).

A primeira orientação estabelece uma relação direta e orgânica com o Estado, possuindo três tipos de vínculos: o utilitarista (que buscam recursos financeiros), composicionista (buscam reformas legislativas, políticas públicas e etc.) e o partidarista (aparelhamento de partidos políticos).

A orientação civilista busca não ter nenhum vínculo com o Estado, assumindo formas externalistas (sem grandes contatos com o Estado), independentes (possuem, contato, mas não se vinculando e tendo uma perspectiva independente em relação ao Estado) e antiestatista (relação de confronto com o aparato estatal).

Em síntese, os movimentos sociais estão fundamentalmente ligados a dinâmica das lutas de classe, bem como a sua mudança ao longo da história do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento a partir dos regimes de acumulação. Nesse sentido, a composição de classe, bem como sua hegemonia interna em suas tendências, nos esclarece o surgimento, desaparecimento, fortalecimento, objetivos, etc. de diversos movimentos sociais.

CAPÍTULO 3 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA ACUMULAÇÃO INTEGRAL

O presente capítulo tem como objetivo trazer uma análise da dinâmica dos movimentos sociais no regime de acumulação integral, ou seja, analisá-los em seu desenvolvimento na contemporaneidade. Não pretendemos aqui esgotar o assunto, tampouco mostrar todas as suas determinações, mas sim trazer alguns elementos que buscam contribuir com o processo analítico do mesmo. Nesse sentido, apresentaremos uma breve descrição acerca do regime de acumulação integral e uma análise dos os movimentos sociais a partir de algumas de suas determinações.

3.1 O REGIME DE ACUMULAÇÃO INTEGRAL

O regime de acumulação integral iniciou-se no final do século XX (meados dos anos 80) e perdura até os dias atuais. No que tange à forma de organização de trabalho, o regime de acumulação integral se organiza através do toyotismo. Mas o que significa, em essência, o toyotismo? Para tanto, devemos nos remeter ao que se chama de “organização científica do trabalho”, que se inicia a partir do regime de acumulação intensivo onde ocorreu a criação do taylorismo, uma forma organizacional de controle da força de trabalho através de métodos “científicos”, em que o objetivo máximo era o aumento da produtividade e, por conseguinte, maior extração de mais-valor relativo.

A organização do trabalho também perpassa a questão da luta de classes, pois a sua mudança refere-se justamente às lutas operárias travadas contra a sua própria exploração (devido à resistência gerada pela exploração do trabalho alienado). Após o taylorismo outras formas de organização de trabalho, tais como o fordismo, fayolismo, etc., surgiram e centraram os seus objetivos em torno da disputa pelo mais-valor relativo. Portanto, não há grandes mudanças radicais que expressam uma ruptura marcante entre as

diversas formas organizacionais do trabalho, e o toyotismo também não está fora deste esquema, apesar de alguns pesquisadores afirmarem que há sim uma diferença.

O toyotismo se diferencia do fordismo [...] devido à “flexibilização” que se encontra em oposição à rigidez daquele. Isso não contradiz, na verdade, as características do taylorismo, que estão presentes no fordismo. A grande mudança apresentada pelo toyotismo seria a produção submetida a este tipo de organização do trabalho estar voltada para a demanda do mercado, e não para a produção em massa, tal como no fordismo. (VIANA, 2009: pg. 68)

Em síntese, o toyotismo pode ser compreendido como uma adequação do taylorismo à nova fase do capitalismo; nova fase esta de integralidade da exploração capitalista, tanto através de maior extração da mais-valia relativa, quanto da mais-valia absoluta e uma ofensiva no curso de combate à queda da taxa de lucro médio.

Outro elemento constituinte dentro de um regime de acumulação é a sua forma estatal, que a partir da emergência do novo regime de acumulação integral, assume a forma do chamado neoliberalismo. A emergência do Estado Neoliberal se dá a partir da década de 80 do século XX. A farta literatura sobre o fenômeno do neoliberalismo possui um consenso a partir de alguns elementos gerais, tais como: predominância do mercado, venda das empresas públicas (privatizações), corte de gastos públicos, sobretudo os de cunho sociais, política repressiva e etc. (ANDERSON, 1998; ENZENBERGER, 1995; WACQUANT, 2001).

As consequências do neoliberalismo são as mais variadas. A primeira e mais perceptível é o aumento da pobreza e da desigualdade. Mesmo nos países mais ricos há um aumento da pobreza, da miséria, da fome, do desemprego e diminuição do poder aquisitivo de amplas parcelas da população. Isto tem efeito sobre o mercado consumidor, sendo que a faixa mais pobre acaba tendo sua capacidade de consumo reduzida. A desregulamentação do mercado permite o aumento da exploração (corrosão dos direitos trabalhistas) e perda de poder aquisitivo e de pressão por parte dos trabalhadores, bem como deixa as empresas mais livres para utilizar trabalho infantil e outras estratégias que geram mais desemprego e elevam o grau de exploração. Ao lado disso, o corte nos gastos estatais ocorre principalmente na diminuição das políticas sociais [...] gerando novas políticas sociais paliativas, que apenas amenizam

superficialmente os graves problemas sociais existentes. (VIANA, p. 89).

Como consequência, há uma massiva intensificação dos conflitos sociais, da violência urbana, etc. Essas consequências acabam legitimando aquilo que Wacquant expressa ao formular que o Estado Neoliberal é um Estado Penal (WACQUANT, 2001), ou o que o ideólogo Bobbio diz sobre como deve ser o estado ideal, um “estado simultaneamente mínimo e forte” (BOBBIO apud VIANA, 2009) – mínimo em sua interferência no mercado e nas formulações de políticas sociais e forte em seu papel repressivo e criminalizador. Assim, o Estado Neoliberal é um dos alicerces do regime de acumulação integral, servindo como um amortecedor de classes dado o caráter de integralidade da exploração e dominação capitalista em sua nova manifestação.

Outra característica dentro da concepção de regime de acumulação é a questão da exploração internacional que remete, por consequência, às relações internacionais. A mudança do regime de acumulação extensivo para o regime de acumulação intensivo provocou uma maior reprodução ampliada do capital, provocando também maior centralização e concentração do capital. Esse processo corroborou para a predominância do modo de produção capitalista por todo o mundo, integrando nações através da divisão internacional do trabalho, criando países de capitalismo imperialista (ou seja, em estágio de acumulação superior de capital) e países de capitalismo subordinado (subordinados aos países de capitalismo imperialista, devido à menor acumulação de capital, etc.). A formatação da exploração internacional no regime de acumulação de capital se dá através do neoimperialismo, que tem como finalidade aglutinar e generalizar a incessante busca de aumentar a acumulação de capital de forma integral, ou seja, intensificar a extração de mais-valor em nível internacional, explorando os países do bloco de capitalismo subordinado via mais-valor absoluto (conjugando, por ora, com o mais-valor relativo) e estendendo a exploração também nos países do bloco de capitalismo imperialista via mais-valor relativo.

Assim, o neoimperialismo produz um Estado neoliberal subordinado, que executa o papel de aumentar a exploração

interna e, ao mesmo tempo, permitir o aumento da exploração externa. A proeminência de organismos internacionais na elaboração das políticas nacionais dos Estados subordinados (FMI, etc.) apenas revela esta subordinação e alguns dos mecanismos utilizados pelo bloco imperialista. [...] O neoliberalismo subordinado não só busca aumentar a exploração dos trabalhadores como também permite a transferência de parte do mais-valor ampliadamente extorquido para os países imperialistas. (VIANA, 2009).

A compreensão do conceito de regime de acumulação e sua manifestação concreta contemporânea (regime de acumulação integral) são de suma importância para compreendermos as mudanças políticas e culturais que nos cercam cotidianamente. Apesar das determinações do regime de acumulação se darem através da organização de trabalho, da formatação do Estado e a questão da exploração internacional, mudanças em outras esferas, derivadas ou não destas determinações, como a cultural, ideológica, científica, cotidiana, etc., ocorrem e são fundamentais tanto para a legitimação e perpetuação da sociedade capitalista, quanto para a contestação da mesma, envolvidos na dinâmica das lutas de classe.

A questão que nos resta responder, nesse sentido, é: quais são os efeitos do regime de acumulação integral nos movimentos sociais? Há dezenas de determinações que podemos elencar que atingem direta ou indiretamente os movimentos sociais, mas focaremos em três delas que consideramos essenciais.

As três determinações que elencamos está em consonância com as próprias determinações de um regime de acumulação que incidem diretamente nos movimentos sociais; ou seja, nos limitaremos a trazer alguns aspectos referente a mutação do processo de valorização e suas consequências sociais, da nova forma estatal, bem como a questão das relações internacionais.

O elemento do processo de valorização do capital que atinge diretamente os movimentos sociais é a crescente mercantilização existente derivada desse processo que, contemporaneamente, é chamada de hipermercantilização. A atual forma estatal é o neoliberalismo e este tem uma consequência direta nos movimentos sociais, tanto na relação do estado com os movimentos, quanto dos movimentos em relação ao estado. O atual tipo de relações internacionais

é o neoimperialismo que terá consequências na questão espacial e na amplitude dos movimentos sociais.

Iniciaremos a nossa discussão com a questão da hipermercantilização.

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A ONDA DA HIPERMERCANTILIZAÇÃO

A relação entre movimentos sociais e mercantilização já foi exposta no capítulo anterior, bem como a sua historicidade, que Viana (2016) chamou de ondas de mercantilização. O que nos interessa aqui, no entanto, é uma determinada forma histórica da mercantilização, a que denominamos de hipermercantilização. Ela corresponde a quinta e atual onda de mercantilização da sociedade capitalista. Antes de iniciarmos a relação entre os movimentos sociais e o atual desenvolvimento da mercantilização, faremos uma breve exposição dos elementos básicos da hipermercantilização.

A fala do atual presidente e ex-CEO da Nestlé⁷, Peter Brabeck, em uma entrevista coletiva (COLLECTIVE EVOLUTION, 2016)⁸, é sintomática sobre a distopia mercantil que se esboça com a hipermercantilização: para ele, a água não deveria ser um direito humano essencial, e sim tratada como qualquer outra mercadoria. Brabeck vem insistindo sobre essa ideia de “privatização” (no fundo, um processo de mercantilização) desde 2005, colocando em cheque, inclusive, elementos básicos para a sobrevivência humana em detrimento do lucro. A justificativa do ex-CEO é que o “subpreço” do produto faz com que a população mundial trate a água de forma negligenciada, aumentando exponencialmente o seu desperdício. Desmascarando esse discurso de legitimação para transformar a água como uma autêntica mercadoria, o que podemos ver é a existência de um movimento mundial que tem ambição de transformar tudo em mercadoria. Esse é o aspecto central da

⁷ A Nestlé é líder em vendas no que tange ao engarrafamento de água, representando 8% de todo seu lucro (em 2011 totalizou aproximadamente 68,5 bilhões de dólares).

hipermercantilização encontrada na atual onda de mercantilização: a ampliação onipresente das relações mercantis.

A quinta onda de mercantilização iniciou-se nos anos 80 e se estende até os dias atuais. Ela se dá em dois movimentos: o da intensificação do que já foi transformado em mercadoria/mercancia e o da criação de novas mercadorias/mercancias (e, por consequência, da criação de novas necessidades de consumo). O automóvel, que no regime de acumulação conjugado já começava a ter um crescente número de vendas, toma um nível quase generalizado nos países de capitalismo imperialista e uma inicial massificação nos países de capitalismo subordinado. O mesmo ocorre com os eletrônicos, especialmente celulares, computadores, e etc. O computador é também sintomático nesse sentido: esse bem material foi criado para a utilização em ações militares e ocupava salas imensas cheias de cabos e aparelhos que sustentassem o seu uso. Com a necessidade de ampliação dos mercados consumidores para sustentar o moto-contínuo do desenvolvimento do capitalismo, o computador, ao longo do tempo, tornou-se uma mercadoria essencial, onde a tecnologia empregada em seu desenvolvimento tornou-o operacional para o conjunto sociedade. Atualmente, os computadores são utilizados para diversos fins: no controle de gastos de empresas, na sistematização e averiguação da burocracia estatal, na escrita de uma monografia, na confecção de um panfleto político, etc. O que antes tinha um fim tão-somente militar, acabou se tornando uma mercadoria fundamental na sociedade atual, criando outras mercadorias para o seu funcionamento ou ampliação de seu valor-de-uso (softwares, internet, etc.).

Além dos bens materiais tecnológicos, há também um exponencial aumento da mercantilização da cultura, sobretudo da música via “indústria cultural” (ADORNO, 1977), resultando na intensificação da cultura descartável (como por exemplo, a produção de hit’s que duram no máximo alguns meses em sucesso, que posteriormente é substituído por outro e assim sucessivamente, criando a necessidade de sempre estar comprando novos CD’s, baixar músicas, etc.).

⁸Disponível em: <<http://www.collective-evolution.com/2016/08/28/nestles-attempt-to-completely-privatize-steal-water-in-oregon-put-to-a-stop-our-water-our-future/>> Acesso: 23/11/2016.

Nesse contexto, há uma hipermercantilização. Novos espaços, produtos, processos, objetos, vão se tornando mercadorias ou mercancias. Até os seres humanos, vítimas de tráfico, órgãos do corpo humano, entre outros elementos que ninguém imaginaria que poderia ser mercantilizado há dois séculos, época de uma sociedade já mercantilizada, passam a ser mercadorias/mercancias (VIANA, 2016: p. 67-68).

O que colocamos acima são alguns elementos da hipermercantilização na sociedade capitalista contemporânea. Mas qual são seus efeitos para os movimentos sociais?

A primeira consequência desse processo para os movimentos sociais é o fortalecimento da hegemonia burguesa, sobretudo na época de constituição e legitimação do regime de acumulação integral (década de 80). Com o final da crise, lançada com os últimos suspiros da acumulação conjugada, o equilíbrio do capital é alcançado e, com ela, a estabilidade das lutas de classe em favor da classe dominante (burguesia). Nesse sentido, os conflitos sociais acabam sendo realocados para questões e insatisfações específicas; as lutas de origem grupal tornam-se quase hegemônicas, em aparência, na dinâmica da sociedade, impulsionando ações que se mantêm tão-somente em níveis reivindicativos em diálogo com o Estado (neoliberal) ou com a sociedade civil, fator de grande desmobilização e cooptação dos movimentos sociais.

Com o crescimento do número de movimentos sociais, surge igualmente o crescimento de suas organizações, bem como necessidades de recursos financeiros e materiais. Isso traz consequências diretas na dinâmica da escala mercantil dos movimentos sociais. Com a mercantilização às extremas, os movimentos sociais não escapam desse processo e a necessidade financeira torna-se um imperativo categórico em grande parte destes. Com a hipermercantilização, cresce exponencialmente o número de organizações mobilizadoras com escala máxima de mercantilização.

Nesse sentido, uma das grandes novidades dos movimentos sociais no regime de acumulação integral, no que tange ao estágio de mercantilização⁹, é a autonomia de determinadas organizações mobilizadoras que vão se

⁹ E também à burocratização (que será tratada no próximo item), mas aqui estamos tratando apenas da mercantilização.

metamorfoseando em outra coisa. É no final dos anos 80 e início da década de 90 que vão surgir, de forma mais cristalizada e juridicamente estabelecidas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) derivadas, em grande parte, dos movimentos sociais. A expressão ONG surge pela primeira vez na década de 40, através da Organização das Nações Unidas (ONU), para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos e privados para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento da comunidade. No Brasil, no entanto, essas entidades ficaram conhecidas como organizações de “cooperação internacional” (COUTINHO, 2004). Mas foi só a partir da década de 90 que as ONG's começaram a cristalizar o seu verdadeiro caráter burocrático e mercantil, com o processo de captação de recursos via Estado, empresas privadas e fundações e instituições internacionais, bem como a sua ação regulada juridicamente.

As ONGs, nessa perspectiva, se apresentam como organizações derivadas ou relacionadas aos movimentos sociais¹⁰, mas sua razão de ser é outra. Elas estão concatenadas ao próprio desmonte do Estado via neoliberalismo, relegando as obrigações e deveres estatais (de fomentar e garantir direitos básicos) para a sociedade civil. No entanto, esse engajamento da sociedade civil é feito de forma despolitizada:

Esse projeto arquiteta a sociedade civil em um espaço não político, livre de coerções e de restrições, como uma região autônoma das influências do poder estatal, marcada pela associação "voluntária" de indivíduos, "o reino da espontaneidade", ora como sujeito, ora como espaço. Uma abordagem que, ao contrário do que se pensa, é composta de ideologias e posição em defesa de uma classe - a dominante. É nesse espaço, de concepção tortuosa que são inseridas essas "novas" representações da mudança e da "sociedade civil", do no gerencialismo, do novo voluntariado, "sem fins lucrativos": as "organizações não governamentais", de origem privada, que surgem com a função de executar os "bens públicos", principalmente aqueles que o mercado ainda não

¹⁰ [...] são consideradas Organizações Não Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (cf. <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 16/11/2016).

ocupava: a educação, pesquisa, a assistência social etc. (RIOS JUNIOR, 2013: p. 125).

O desligamento entre as Organizações Não-Governamentais e os movimentos sociais se dá pela mudança de objetivos¹¹, já que pela crescente mercantilização (captação de recursos via estado ou empresas privadas) e burocratização (criação de um estatuto legalizado por órgãos estatais, assalariamento, relação entre dirigentes/dirigidos) essas ONG's começam a se autonomizarem e ter objetivos próprios (como a sua manutenção, obtenção de maior captação de recursos, ampliação do espaço etc.) que não estejam ligados aos movimentos sociais que lhe deram origem. A captação de recursos financeiros é metamorfoseada para um objetivo em si mesmo, colocando as ONG's, em sua quase totalidade, na escala máxima mercantil.

A hegemonia burguesa, nesse sentido, é reinante. As variedades de movimentos sociais na era da acumulação integral, no que tange a mercantilização, exprime seus respectivos vínculos de classe de acordo com a luta de classes atual.

3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E A ATUAL ONDA DE BUROCRATIZAÇÃO

Como colocamos anteriormente, o Estado é a principal forma de regularização da sociedade capitalista e tem uma grande influência e consequência para os movimentos sociais. Cada regime de acumulação possui uma forma estatal que orienta e regulariza a sociedade de acordo com os interesses da classe dominante e com o desenvolvimento da acumulação de capital. Na atualidade, isto é, na acumulação integral, a forma estatal é o neoliberalismo. Ou seja,

[...] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes

¹¹ No plano concreto, já que no plano do discurso ainda pode existir a ligação para legitimar suas ações.

da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal (HARVEY, 2011, p. 16).

Esta nova forma estatal traz um conjunto de determinações que modificam as formas sociais e traz consequências na dinâmica da luta de classes e demais conflitos que são irradiados por ela, utilizando diversas estratégias:

Todas essas estratégias, assim como várias outras, exigiram uma série de alterações nas formas de regularização das relações sociais de forma geral - na totalidade da legislação de diversos países em todo o mundo, na totalidade das regras do sistema financeiro mundial, na totalidade da política econômica, na totalidade das políticas sociais que abandonaram de forma cruel as classes mais necessitadas, na política estatal repressiva etc. -, enfim, ocorre uma alteração estrutural na forma estatal, que deixa de ser integracionista para tornar-se neoliberal, adequando-se e fazendo outras classes sociais se adequarem, inclusive à base de uma repressão semifascista, às exigências dessa nova ofensiva burguesa e, por conseguinte, assegurando as melhores condições reprodutoras do capitalismo em escala mundial (BRAGA, 2016, p. 42-43)

Nesse sentido, no presente tópico, analisaremos a relação entre os movimentos sociais contemporâneos e neoliberalismo a partir das três formas de atuação do Estado para com os movimentos sociais: cooptação, repressão e burocratização.

A cooptação no neoliberalismo traz algumas especificidades importantes que incidem diretamente nos movimentos sociais e na dinâmica de sua hegemonia, tanto no que chamamos de cooptação direta quanto indireta. Com a reconfiguração do Estado e a diminuição drástica de gastos e funções “sociais” (assistencialistas), muitas dessas funções são relegadas à sociedade civil, sobretudo às organizações mobilizadoras, que ora podem ser ramificações dentro dos movimentos sociais, ora fora ou já desvinculadas a eles (como o caso da grande maioria das grandes ONG’s) enquanto burocracias formais. É neste contexto que surgem as medidas paliativas estatais:

O Estado neoliberal, ao contrário do seu antecessor, não possui um conjunto de políticas estatais voltadas para o chamado “bem-estar social” e sim uma forte política repressiva e um conjunto de paliativos que buscam amenizar as contradições sociais da cooptação e responsabilização da sociedade civil. É neste contexto que há a expansão do “terceiro setor”, das ONG’s, etc., bem como novas ideologias e ações que jogam para a sociedade civil as antigas responsabilidades estatais (voluntariado, amigos da escola etc.). Assim, as políticas estatais neoliberais são políticas paliativas, isto é, não visam à resolução de problemas sociais e sim sua amenização, não estruturam um conjunto de políticas estatais voltadas para áreas chaves, mas sim para legitimar e desmobilizar reivindicações sociais mais intensivas e resolutivas. Isto está de acordo com o princípio neoliberal de diminuir os gastos sociais, já que tais políticas possuem custos muito mais baixos (VIANA, 2009, p. 286).

Estas medidas paliativas, também chamadas de “políticas públicas”, são uma forma de amortecimento das lutas de classes que atingem os movimentos sociais. O chamado microrreformismo (BRAGA, 2007; VIANA, 2009) é uma grande fonte de cooptação de diversos grupos sociais. A cooptação direta contemporânea se dá de diferentes formas, dependendo do país (neoliberalismo protecionista ou não), da configuração, do governo neoliberal (populista ou discricionário), etc. No Brasil, por exemplo, diversos movimentos sociais foram cooptados a partir de suas lideranças, onde o Estado, ou seu aparato, forneceram cargos e vantagens competitivas. Isso contribui para que os movimentos sociais não entrem em conflito com os respectivos governos do Estado, já que há uma certa domesticação dos mesmos, buscando oferecer medidas paliativas a todo esse processo, sendo legitimado e almejado pelas lideranças.

As universidades oferecerem dezenas de ideologias para justificar e legitimar todo o processo de aceitação e criação de bandeiras de “lutas” em torno do microrreformismo e das medidas políticas paliativas. É assim que surge a discussão em torno da exclusão/inclusão social (sobretudo na França) e os estudos referente às “ações afirmativas” (inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente “exportado” para o Brasil), por exemplo. Grupos sociais tornam a se fundir e desenvolver ramificações de movimentos sociais em torno dessas ideologias, buscando financiamento no Estado, sendo presas fáceis para a cooptação.

É aqui que entra também a cooptação indireta, via financiamento indireto do Estado, a partir de ONG's, Grupos de Pesquisa de Universidades, etc. Rios de dinheiro são despejados para fomentar a ação política de determinadas organizações mobilizadoras que buscarão ampliar e aprofundar o microrreformismo, passando ao largo das medidas que podem realmente transformar e ir à raiz do problema e da insatisfação social reivindicado. Determinados setores do movimento negro, no que tange a aceitação e mobilização em relação às “ações afirmativas de cotas” são sintomáticas nesse sentido no Brasil. Bourdieu e Wacquant (2001) observaram bem essa questão, ao demonstrar que esse tipo de medida não se restringe a um só país, mas à própria dinâmica das políticas mundiais, relacionando divisão internacional do trabalho e sua regularização via Estado:

Poder-se-ia invocar, evidentemente, o papel motor que desempenharam as grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro, tanto no plano das representações, quanto das práticas. Assim, a Fundação Rockfeller financia um programa sobre “Raça e etnicidade” na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista *Estudos Afro-Asiáticos*) da Universidade Cândido Mendes, de maneira a manter intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Para a obtenção de seu patrocínio, a Fundação impõe como condição que as equipes de pesquisa obedeam aos critérios de *affirmative action* à maneira americana (BORDIEU & WACQUANT, 2001, p.25)

Este é só um exemplo concreto do Brasil, país de capitalismo subordinado. Cada país terá uma especificidade e uma forma de cooptação diferente, mas resguardando-se nas medidas neoliberais.

A cooptação atinge, sobretudo, os movimentos sociais reformistas e sua tendência hegemônica pelo próprio caráter reivindicativo endereçado ao Estado, bem como a sua composição de classe estar mais ligado ao bloco dominante e ao bloco progressista.

E como opera a repressão no neoliberalismo em relação aos movimentos sociais? Sabemos que a repressão pode ser aplicada de forma preventiva ou seletiva e/ou generalizada. No regime de acumulação integral, a repressão toma uma dimensão de grande importância, já que o aumento da

pobreza derivada da maior extração de mais-valor, tanto absoluto quanto relativo (ou seja, exploração), cria condições de maior revolta e resistência por parte das classes desprivilegiadas. Nesse sentido, se o Estado deve ser mínimo em seus gastos sociais, deve ser máximo e forte em combater e reprimir o descontentamento social, sobretudo das classes trabalhadoras (em especial o operariado) e de determinados setores dos movimentos sociais.

Quanto mais a erradicação da pobreza for relegada a um futuro indefinidamente longínquo, mais se considerará a repressão política como uma tarefa de longo prazo. Porque só a repressão política é que permite uma longa convivência com a pobreza. O Estado-Nação anterior é assim substituído pelo Estado autoritário policial [...] Por conseguinte, começa-se a falar de uma “nova democracia”, que é simplesmente a declaração sistemática do fim da democracia liberal. A nova democracia é o estado policial (HINKELAMMERT, 1979, p. 103).

Quanto à questão da repressão, Wacquant (2003), por exemplo, vai chamar o Estado norte-americano de Estado-Centauro:

[...] nem “protetor” no sentido que o termo assume nos países do Velho Mundo, nem “mínimo” e não-intervencionista como sonham os turiferários do mercado. Seu lado social e os benefícios que distribui são cada vez mais monopolizados pelos privilegiados; sua vocação disciplinar se afirma principalmente na direção das classes inferiores e das categorias étnicas dominadas. Este Estado-Centauro, guiado por uma cabeça liberal montada sobre um corpo autoritarista, aplica a doutrina do “*laissez faire, laissez passer*” a montante em relação às desigualdades sociais, mas mostra-se brutalmente paternalista a jusante no momento em que se trata de administrar suas consequências (WACQUANT, 2003, p. 20-21).

Nesse sentido, os movimentos sociais são bombardeados pela repressão em todas as suas modalidades (preventiva, seletiva, generalizada) e sua criminalização (a principal forma de legitimar a repressão) é facilitada pela legislação rígida e penal àqueles que contestam e ousam combater as medidas neoliberais. A tendência revolucionária dos movimentos sociais reformistas são os mais atingidos pela repressão, posto que suas ações confrontam a lógica

neoliberal e ameaça, em determinados elementos, alguns interesses econômicos ou políticos da classe dominante.

Por fim, temos a questão da burocratização. A burocratização pode ser gerada tanto a partir do Estado quanto da sociedade civil. Mas o que é afinal, esse processo de burocratização?

Compreende-se como burocratização o processo de transformação de relações não burocráticas em relações burocráticas, que implicam na existência de uma classe - a burocracia - cuja função primordial é servir à reprodução da ordem social classista, tanto por sua atuação na administração estatal quanto na gestão do capital e do trabalho, assim como na direção de organizações e instituições da sociedade civil (SILVA, 2014, p. 45).

Apesar da concordância na quase da totalidade da conceituação de Santana da Silva sobre o processo de burocratização, temos só um ponto de discordância: o referido autor discorre que a função primordial da burocracia é servir à reprodução da ordem social classista. No entanto, devemos nos atentar as especificidades históricas das classes sociais existentes. A burocracia surge com o processo de burocratização das relações sociais, que é específico do modo de produção capitalista. Ou seja, não se pode relegar a burocracia a gestão da ordem social classista, de forma universal. Já que em outros modos de produção, também classistas, foram outras classes sociais que fizeram esse papel de “gestão” (no caso dominação). É necessário se atentar ao princípio da especificidade histórica. Entendemos burocratização então como criação ou o aumento de organizações burocráticas e a intensificação do controle social (pela classe burocrática).

Nesse sentido, burocratização gerada pelo Estado está umbilicalmente atrelada à questão da cooptação, e já expomos algum desses elementos anteriormente. O que podemos acrescentar, nesse aspecto, é que a cooptação gerada por financiamentos e repasse de outros recursos gera a necessidade de formalização, devido às exigências legais dos editais, etc. O neoliberalismo gera diversas barreiras para a legitimação dos movimentos que não estejam formalizados e/ou ancorados pela lei:

[...] toda e qualquer resolução dos conflitos sociais devem se restringir à ordem constitucional, mediada pelos tribunais e conforme o direito burguês, isto é, a única “contestação” aceitável é aquela que percorre passivamente os canais institucionais (brigas judiciais, disputas eleitorais, o voto consciente e outras farsas mais) domesticados para não comprometerem o fluxo da acumulação integral e a sociabilidade burguesa necessária para ela (BRAGA, 2016, p. 43).

Os movimentos sociais, portanto, são coagidos ou forçados a desenvolver sua burocratização para conseguirem captar recursos, financiamentos, etc. Mas isso está ligado também a questão da hegemonia interna, geralmente sendo os movimentos sociais reformistas a caírem nesse “canto da sereia”.

Quanto a burocratização dos movimentos sociais a partir da sociedade civil, podemos observá-la a partir da questão das ondas de burocratização (que acompanha, simultaneamente, as ondas de mercantilização). As ondas de burocratização também seguem o desenvolvimento da acumulação de capital¹², e tem seu ponto de partida do nosso interesse aqui quando surge a *sociedade civil organizada* na época do capitalismo oligopolista (VIANA, 2016).

O neoliberalismo gera à quarta onda de burocratização, trazendo consequências para os movimentos sociais que o crescimento exponencial da inserção do fenômeno burocráticos nas organizações mobilizadoras dos movimentos sociais. A escala máxima de mercantilização junta-se agora com a questão do grau de burocratização, determinando o desligamento de várias organizações dos movimentos sociais que lhe deram origem. Nesse sentido, começam a surgir as burocracias formais no bojo desse processo, como as

¹² “Sinteticamente podemos dizer que no capitalismo concorrencial há a consolidação, fortalecimento e formalização das burocracias estatais e empresariais (período que vai aproximadamente da revolução industrial até metade do século 19), constituindo a primeira onda de burocratização; no capitalismo oligopolista (período que vai aproximadamente de 1870 a 1945) temos a ampliação da burocracia estatal e empresarial e a emergência da burocracia civil, o que caracteriza a segunda onda de burocratização. No capitalismo oligopolista transnacional (cujo período aproximado é entre 1945 e 1980), ocorre a terceira onda de burocratização, no qual a burocracia invade novos setores da sociedade civil que ainda era pouco presente. No capitalismo neoliberal, ocorre a quarta onda de burocratização, com o aparecimento de novas burocracias civis (ONGs, entre outras) e maior rigidez no controle social” (VIANA, 2016, p. 117).

ONG's que discutimos em páginas anteriores. Atualmente, muitas dessas burocracias formais, surgidas inicialmente como ramificações de movimentos sociais, mas autonomizadas depois da burocratização e mercantilização, utilizam várias formas de ofuscar o seu desligamento dos movimentos. Um exemplo dessas formas é o ofuscamento dos verdadeiros objetivos da organização:

Quando uma organização (o que vale também para tendências, indivíduos, etc.) deixa de ser mobilizadora e se torna burocrática, ela pode manter o discurso anterior. Essa manutenção do discurso visa se legitimar apesar de já não ser mais o seu objetivo real, verdadeiro. Nesse caso, temos a dicotomia entre objetivo real (verdadeiro, mas oculto) e objetivo declarado (falso) (VIANA, 2016, p. 119).

Também podemos observar que a sociedade civil, no processo de burocratização, pode indiretamente influenciar os movimentos sociais. Esse é o caso das organizações como as igrejas, partidos políticos, clubes, etc. Os partidos políticos são as organizações que mais tem influência dentro dos movimentos sociais, geralmente fazendo o processo de aparelhamento¹³. Mas como não é o foco de nosso trabalho, só deixaremos como umas das possibilidades da sociedade civil organizada influenciar os movimentos sociais.

3.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E O NEOIMPERIALISMO

O capitalismo é fundamentado na busca incessante do aumento da taxa de exploração. Com isso, existe uma necessidade, por essência, de sua expansão. É nesta dinâmica e nesta determinação do capital que o neoimperialismo é constituído:

Ele cumpre o papel de generalizar a busca de acumulação integral em todo o mundo e reproduzir o processo de exploração intensificado nas relações internacionais, o que é complementar, pois quanto maior é

¹³ É neste fenômeno que muitos pesquisadores se confundem. O processo de aparelhamento é feito pelos partidos políticos, já a cooptação é feito pelo Estado ou pelos seus aparelhos que lhe dão sustentação.

a exploração nos países de capitalismo subordinado, maior é o *quantum* de mais-valor produzido, o que possibilita, por sua vez, um maior índice de transferência de mais-valor dos países subordinados para os países imperialistas. [...] Por conseguinte, a generalização mundial do neoliberalismo e da reestruturação produtiva são partes da estratégia do capital visando combater a queda da taxa de lucro (VIANA, 2009, p. 104).

Desde o seu início, foram criadas e desenvolvidas diversas ideologias para ofuscar esse processo de maior exploração que é efetuada pelo capitalismo contemporâneo. Uma delas é a ideologia da globalização (VIANA, 2009).

A discussão acerca do neoimperialismo aqui, no entanto, versa sobre sua relação com os movimentos sociais. Como podemos efetuar esta análise? Trataremos de algumas consequências políticas e econômicas que o neoimperialismo traz para os grupos sociais que se fundem e tornam a virar movimentos sociais.

Com a necessidade de extração de mais-valor tanto absoluta quanto relativa, medidas que intensificaram a exploração capitalista no mundo todo foram aprofundadas e trouxeram consequências para as classes e grupos sociais. A divisão internacional do trabalho se complexifica de tal forma que as formas de regularização da sociedade tiveram que acompanhar esse processo (sobretudo o estado, que se tornou o neoliberalismo) assim como a lógica de produção (“reestruturação produtiva”). As organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, começam a legitimar todo esse processo a partir de um discurso “globalista”, se colocando como os mediadores políticos e econômicos de uma “nova ordem mundial” que brotou no mundo chamada “globalização”.

A intensificação e ampliação da exploração (que agora se tornou literalmente mundial, ou seja, ocupando todo o globo terrestre, tornando o modo de produção capitalista onipresente em todos os lugares possíveis) possibilitou também a resistência e luta contra esse processo de forma intensa e ampliada. Com o avanço das tecnologias de comunicação, sobretudo com a popularização da internet, impulsionou a integração do capital de forma nunca

vista antes (sobretudo do capital financeiro, atualmente com quase suas transações feitas via rede). Da mesma forma, a internet serviu como um grande catalisador dos conflitos sociais, tornando-se uma plataforma onde movimentos sociais trocavam experiências e intercambiavam pautas que englobava todos eles.

As medidas de austeridade que o FMI, Banco Mundial, BIRD, coagiram os países de capitalismo subordinado a implementarem em seus territórios em troca de “ajuda financeiro”, “subsídio”, etc., trouxeram consequências indeléveis para as classes desprivilegiadas, aumentando pobreza, desigualdade social, criminalidade e etc. Todo esse processo, uniformizador, unem grupos sociais que, sem outras escolhas, resistem e buscam sanar suas insatisfações sociais.

Os movimentos que ficaram conhecidos como Movimento “Antiglobalização” é fruto desse processo, de recusa e resistência contra o avanço da exploração e dominação feita pelo regime de acumulação integral. O movimento antiglobalização é uma constelação de movimentos sociais diversos, bem como outras organizações (burocráticas ou não), com pautas difusas, mas que se portam como uma das respostas dos movimentos sociais a diversas consequências que o neoimperialismo (junto com o neoliberalismo) trouxe para as classes e grupos desprivilegiados.

Começando com a emergência da rebelião dos zapatistas no Sul do México (1994) e continuando com as batalhas de Seattle (1999), Washington, D.C. e Praga (2000), Quebec (2001), Gênova (2002) - estas por ocasião de protestos durante reuniões de cúpula da OMC, do FMI ou Banco Mundial - aparece em cena uma nova forma de luta popular contra a globalização: as redes mundiais de movimentos sociais antiglobalização (SIQUEIRA, C. E. et al., 2003, p. 853).

3.5 O IMPACTO DO REGIME DE ACUMULAÇÃO INTEGRAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais conservadores, devido a sua composição de classe ser quase sempre das classes dominantes, tendem a reforçar a hegemonia burguesa para a conservação do capitalismo e busca, a partir de uma escala máxima de mercantilização (já que os indivíduos que os compõem possuem recursos financeiros altos ou são financiados por empresas, multinacionais, etc.) reproduzir e ampliar seus objetivos. A aloctonia e a intolerância dos movimentos sociais conservadores contemporâneos estão ligadas, por exemplo, às relações de poder que imperam na divisão internacional do trabalho no capitalismo imperialista e subordinado (movimentos nacionalistas, xenófobo, fundamentalismo religioso, etc.). Os movimentos sociais conservadores contemporâneos possuem, dependendo de seus objetivos e aceitação de suas reivindicações pela população em geral, uma maior facilidade de angariar recursos em nível não só nacional, mas internacional, já que com o desenvolvimento dos meios de comunicação e das facilidades de transferência de dinheiro via internet para qualquer lugar do mundo, estes podem se conectar e estabelecer vínculos de aliança, formas de financiamento mútua, etc.

Um exemplo concreto de movimentos sociais conservadores forjados no regime de acumulação integral seria os movimentos xenófobos da Europa Ocidental, que se inicia na década de 90, mas se consolida nos anos 2000 em diante. Com a dissolução do Estado de Bem-Estar Social europeu devido à crise de acumulação conjugada, a população europeia vê direitos de assistência serem desmantelados e o número de empregos caírem. A crise atinge não só os países de capitalismo imperialista, mas os países de capitalismo subordinado também de forma mais intensa, coexistindo a exploração simultânea do mais-valor absoluto e relativo. Nesse sentido, o processo migratório atinge números altíssimos, onde latino-americanos, africanos e asiáticos procuram uma melhor perspectiva de vida e trabalho nos países europeus. Esse fenômeno migratório cria resistência por parcela da população europeia, já que ela se vê ameaçada, na possibilidade de perda de emprego, identidade, etc. Os movimentos sociais xenófobos buscam combater esses migrantes em seus vários aspectos: culturais, econômicos, religiosos e etc. Organizações mobilizadoras como *Bloc Identitaire* na França, *CasaPound*

na Itália e *English Defence League* no Reino Unido, vão crescendo nos últimos anos. A hipermercantilização os impele a se estruturarem e buscarem cada vez mais recursos financeiros para fazerem o processo de luta cultural e ações que exigem muitos materiais. Alguns desses movimentos podem se autonomizar e virarem verdadeiras organizações burocráticas, inclusive virando partidos políticos, como no caso do exemplo grego de 2009 (O partido político “Aurora Dourada” que antes era uma ramificação do movimento social xenófobo).

Os movimentos sociais reformistas, por serem os que possuem o maior volume de indivíduos e organizações em seu bojo, têm uma maior ressonância nos conflitos sociais contemporâneos. Nesse sentido, é necessário percebê-los e analisá-los a partir de suas tendências (conservadora, reformista e revolucionária). A tendência conservadora dos movimentos sociais reformistas é ampliada no regime de acumulação integral, sobretudo nos grupos sociais orgânicos, onde existe uma tendência maior a expressarem aloctonismo¹⁴ (mais exaltado) e autoctonismo¹⁵ (mais moderado). A origem do aloctonismo e autoctonismo é geralmente o ressentimento provocado pela opressão ou desequilíbrios psíquicos de indivíduos que podem se coletivizar. Mas no regime de acumulação integral, é desenvolvido e consolidado uma forma sistemática de justificativa desses processos. É a partir do pós-estruturalismo que o aloctonismo e o autoctonismo tomam legitimidades ideológicas, o que contribuiu para a sua expansão em números de adeptos, já que, devido aos altos recursos e financiamentos recebidos de grandes fundações e universidades, ela torna-se hegemônica no meio acadêmico e intelectual do mundo. Assentado no irracionalismo, o pós-estruturalismo torna-se uma verdadeira contrarrevolução preventiva¹⁶ na sociedade, desviando os conflitos

¹⁴ “O aloctonismo é uma tendência conservadora por desviar a questão das raízes sociais e da totalidade das relações sociais, isolando o fenômeno (relação entre brancos e negros, homens e mulheres, religiosos e ateus, etc.) e criando um inimigo imaginário que é responsabilizado pelos males do grupo e/ou da sociedade em geral, indistintamente, o que gera um certo maniqueísmo e essencialismo” (VIANA, 2016, p. 70).

¹⁵ O autoctonismo enfatiza “[...] a busca por privilégios e benefícios sem entrar em confronto direto com os grupos autóctones, a não ser em situações específicas. A aloctonia, nesse caso, tem como motivação, ao invés da intolerância (proveniente das classes privilegiadas), o ressentimento, mais comum nas classes dominadas” (VIANA, 2016, p. 71-71).

¹⁶ “A contrarrevolução é predominantemente preventiva e, no mundo ocidental, inteiramente preventiva. Aqui, não existe qualquer revolução recente a desmantelar nem nenhuma existe em gestação. E, no entanto, é o medo da revolução que gera o interesse comum e cria os vínculos entre as várias fases e formas de contrarrevolução. Esta percorre toda a gama desde a democracia parlamentar à ditadura declarada, passando pelo Estado policial. O capitalismo reorganiza-se para enfrentar a ameaça de uma

para questões pontuais e específicas, sem relacioná-las com a totalidade das relações sociais capitalistas, amortecendo as lutas de classes. Uma parcela dos movimentos sociais orgânicos (sobretudo os que estão inseridos na Universidade e demais espaços influenciados por ela) é influenciado ou cooptado por essas ideologias e reproduzem em suas práticas mobilizadoras. Exemplos desse processo seriam determinados setores do movimento negro e movimento das mulheres. Em síntese, os movimentos sociais reformistas de tendência conservadora se fortaleceram no regime de acumulação integral. Atualmente é uma grande força política no mundo, ditando determinadas agendas políticas, mobilizando milhões de reais e contribuindo para o ofuscamento das verdadeiras causas que tomam suas insatisfações sociais.

Já a tendência reformista, após a estabilidade na acumulação de capital que cada mudança de regime traz, e com o novo rearranjo da organização de trabalho (taylorismo), forma estatal (neoliberalismo) e relações internacionais (neoimperialismo) e o aprofundamento da exploração, trouxeram significativas mudanças, sobretudo em sua relação com o Estado. Mas essas mudanças, evidentemente, dependem da composição social dos movimentos sociais reformistas. Se a composição é predominante de origem das classes exploradas, as contradições serão maiores. Esses movimentos sociais ficaram conhecidos como “movimentos sociais populares”. Suas reivindicações estão relacionadas a necessidades imediatas, com à saúde, educação, moradia, etc. No Brasil, por exemplo, muitos movimentos sociais populares após a redemocratização do país, que antes tinham uma perspectiva de confronto direto ao Estado (na época, governado por uma ditadura militar), pós-1988, começam a mudar suas mobilizações e sua maneira de agir com o Estado. Se antes a forma de atuação era o confronto, começa a se esboçar uma relação de negociata a partir das regras institucionalizadas, sem muita fissura com os arranjos estatais e governamentais. Muitas ramificações desses movimentos começam a aumentar a suas escalas mercantis, procurando formas de financiamentos em editais de fundações, políticas públicas e etc., o que faz essas ramificações perderem sua autonomia e independência financeira. É o processo de institucionalização e burocratização desses movimentos sociais. A

revolução que seria a mais radical de todas as revoluções históricas. Seria a primeira revolução histórica verdadeiramente mundial” (MARCUSE, 1981, p. 11-12).

partir de 2002, com o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, que teve a sua vitória com contribuições dos movimentos sociais originadas da relação com o Partido dos Trabalhadores (PT), determinadas ramificações começam a participar da gestão do governo e são paulatinamente cooptadas, tornando os objetivos do governo como seus próprios objetivos, criando um distanciamento entre os dirigentes desses movimentos com sua base, amortecendo qualquer tipo de conflito que venha a ter com o governo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é sintomático nesse sentido. Considerado uma ramificação do movimento de reforma agrária no Brasil, na gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores, teve um baixíssimo índice de novos assentamentos, não criando complicações com o agronegócio (Inclusive se aliando ele, em determinados projetos, como o da Fibria¹⁷) grande aliado do governo.

A tendência revolucionária dos movimentos sociais reformistas é a mais marginal das tendências, mas possui relativa relevância a partir de meados dos anos 2000, recheada de contradições mas presentes nos conflitos políticos dentro do regime de acumulação integral. O movimento que ficou conhecido como “Antiglobalização” que aglutinou um conjunto de movimentos e organizações (e alguns deles, de tendência revolucionária) é sintomático nesse sentido. No Brasil, por exemplo, a reemergência das lutas autônomas (MAIA, 2016) forjou ramificações de movimentos sociais, bem como organizações mobilizadoras, que aglutinaram perspectivas políticas contra o Estado e tendo um projeto (ao menos discursivamente) de transformação social. Ou seja, demandas de determinados movimentos sociais estavam ligadas não só a uma insatisfação social específica (como a questão do transporte, educação, etc.), mas na própria totalidade das relações sociais capitalista. O movimento estudantil, a partir da dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo (VIANA, 2016) estabelecidas nas novas organizações estudantis, esboçaram avanços nas Jornadas de Junho de 2013 (sobre a questão do transporte e passe livre) e nas Ocupações das Escolas Secundárias em diversos Estados brasileiros (fechamentos das escolas em São Paulo, implementação das

¹⁷ Ver artigo “MST S/A”: < <http://passapalavra.info/2013/04/75172> > Acesso em 24 de janeiro de 2016.

Organizações Sociais em Goiás, etc.). Estas experiências estão em constante processo de recuos e avanços e inicialmente de forma isolada e incipiente.

Por fim, os movimentos sociais revolucionários não se apresentaram ainda no regime de acumulação integral, são quase inexistentes. Isso se dá devido a não hegemonia do proletariado na sociedade no geral.

Assim, as tendências revolucionárias se encontram num contexto desfavorável quando é momento de estabilidade ou de acirramento da luta de classes sem o respectivo fortalecimento do proletariado e do bloco revolucionário. É nesse contexto que emerge um processo de maior receio e mais cuidado, o que também ocorre quando aumenta a repressão (regimes ditatoriais, etc.) (VIANA, 2016, p. 79).

O movimento operário ainda está adormecido e não se apresentou enquanto classe autodeterminada nas lutas de classes contemporânea. E isso traz enormes dificuldades na constituição de um movimento social revolucionário.

CONCLUSÃO

A análise histórica dos movimentos sociais, excetuando textos e obras descritivas (que são a grande maioria), ainda é bem incipiente e rudimentar. A importância do processo analítico a partir do método dialético, referente ao desenvolvimento dos movimentos sociais é um trabalho de suma importância que busca historicizá-los e inseri-los na totalidade das relações sociais. É certo que os movimentos sociais são uma totalidade; daí deriva que o desenvolvimento de sua teoria seja a partir de um universo conceitual. Mas é igualmente certo que a totalidade dos movimentos sociais está inserida numa totalidade mais ampla ainda, que é a da sociedade capitalista (o que deriva o modo de produção, Estado, cultura, sociedade civil, etc.). Portanto, qualquer análise que isole os movimentos sociais das determinações da sociedade no geral já nasce como uma proposta estéril de compreensão dos mesmos.

Nesse sentido, o que buscamos realizar na presente monografia foi uma tentativa de análise dos movimentos sociais a partir do atual desenvolvimento da acumulação de capital, o regime de acumulação integral. Por este ângulo, estamos falando dos movimentos sociais contemporâneos, ou seja, a partir de meados da década de 80 até o presente atual.

Como colocamos anteriormente, os movimentos sociais são mobilizações de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos. Cada um desses elementos, como podemos evidenciar, é alterado e deslocados de acordo com a mudança da sociedade. Desse modo, os regimes de acumulação trazem grandes e importantes consequências para os movimentos sociais, já que suas determinações incidem direta e indiretamente na própria dinâmica dos movimentos, bem como seus surgimentos, mudança de objetivos, criação de ramificações, novas necessidades, novas organizações, etc.

Em síntese, os movimentos sociais na era da acumulação integral estão perpassados e são respostas também ao neoliberalismo, à

hipermercantilização e ao neoimperialismo (para ficar só nas determinações que analisamos aqui, já que existem outras). Isto significa também dizer que centenas de movimentos sociais, milhares de ramificações estão perpassado também às lutas de classe no capitalismo. Como demonstramos, os movimentos sociais não possuem objetivos tão-somente emancipatórios, mas em sua grande maioria, suas mobilizações estão mais próximas à reprodução da lógica das relações sociais capitalistas do que um vislumbre de contribuir¹⁸ com projeto político emancipador, no sentido revolucionário do termo. É sintomático que os movimentos sociais reformistas sejam hegemônicos e possuam o maior número de adeptos atualmente. Mas esse quadro pode mudar de acordo com a dinâmica das lutas de classe.

O regime de acumulação integral é a atual fase do capitalismo, mas isso não significa que ele se perpetuará para sempre. Devido à própria tendência da crise estrutural do capital de ter de se reinventar ciclicamente para poder continuar existindo, em algum momento a acumulação integral irá ruir, como os anteriores regimes de acumulação. A crise de acumulação de capital leva a intensificação das lutas de classes, clarificando os interesses de cada classe social bem como uma maior percepção dos blocos sociais. Nesse sentido, se aponta duas possibilidades históricas: a vitória da classe dominante (burguesia), e com isso a instauração de um novo regime de acumulação ou a vitória do proletariado, onde ocorre um processo de revolução via transformação social, possibilitando, enfim, a emancipação humana.

Os movimentos sociais estão inseridos nessa lógica. Cada um deles terá um papel de contribuição ou para reproduzir e legitimar a sociedade capitalista ou se unir ao proletariado e contribuir para a emancipação humana e a transformação social.

Só o tempo para nos fornece o rumo e fortalecimentos das variedades dos movimentos sociais bem como suas funções na dinâmica nas lutas de classes.

¹⁸ Os movimentos sociais, devido as suas características, não possuem condições em suas determinações que aponte para um projeto de transformação social. Nesse sentido, eles não são o sujeito da revolução, já que grande parte dos movimentos sociais são policlassistas (e mesmo sendo monoclassistas, eles agem a partir de interesses grupais, não de classe).

Referências

- ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). *Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência*. Petropolis: Vozes, 1980.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loic. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.) *Escritos de Educação*. 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 2001.
- BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Ediciones Siap – Planteos, 1975.
- BOTTOMORE, Tom. *Os Movimentos Sociais*. In: Críticos da Sociedade: o pensamento radical na América do Norte. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- BRAGA, Lisandro (2016). *Repressão estatal e capital comunicacional – o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. 2016. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 310 p.
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1991.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COLLECTIVE EVOLUTION. *Nestles Attempt to completely privatize steal water in oregon put to a stop our water our future*. New York: Collective Evolution, 2016.
- ENZENSBERGER, H. *Guerra Civil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HINKELAMMERT, Franz J. *O credo econômico da comissão trilateral*. Em: ASSMANN, Hugo (org.). *A trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1979.

LAPASSADE, G. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3º edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANK, André Gunder e FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. Lua Nova, 17, junho 1989, São Paulo, 1989: 19-48.

GOHN, M. G. M. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. São Paulo: Loyola, 1995, v.1. 1ª ed.

_____. M. G. M. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Cortez Editora. 2014. 2ª ed.

_____. M. G. M. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, v.1. 3ª ed.

JENSEN, Karl. *Teses sobre os Movimentos Sociais*. Revista Ruptura, Vol. 03, num. 04, janeiro de 1996.

_____. *Teses sobre os Movimentos Sociais*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4º Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991

LUCKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 2º edição, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

MATHIAS, G. e SALAMA, P. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *A Ideologia alemã*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2º edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____. *O Dezoito Brumário e Cartas A Kugelman*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O Capital. Vol. 1*. 3º ed., São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MELUCCI, Alberto. *Um Objetivo para os Movimentos Sociais?* Lua Nova, vol. 10, num. 17, jun. 1989

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais. Ensaios de Interpretação Sociológica*. 3º edição, Florianópolis: Edufsc, 1989.

SILVA, José Santana da. *O Sindicalismo rural em Goiás e a FEATAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963 – 1992)*. Tese (doutorado em história). Universidade Federal de Goiás – Goiânia, 2014.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4º edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, Vozes, 2009.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História. Ensaios sobre o Materialismo-Histórico-Dialético*. 2º edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

_____. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

_____. *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.